

# PAINEL DE CONTROLE MACROGESTÃO GOVERNAMENTAL do Estado do Espírito Santo

**TCEES** TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Controle Externo de  
Macroavaliação Governamental

abril / 2017

# Apresentação

O Painel de Controle – Macrogestão Governamental do Estado é uma ferramenta de acompanhamento das finanças do Estado do Espírito Santo, compreendendo o Poder Executivo e demais poderes e entes autônomos, que se propõe a consolidar e publicar tempestivamente informações acerca das finanças públicas estaduais.

É uma ferramenta que surgiu como instrumento gerencial na Secretaria de Controle Externo de Macrogestão Governamental e institucionalizou-se nesta Corte de Contas, estando a disposição do público.

O Painel visa sistematizar e institucionalizar o acompanhamento tempestivo da gestão orçamentária e financeira dos poderes do Estado mediante variáveis de controle, permitindo o acompanhamento da realidade fiscal, econômica e financeira do Estado concomitante com os fatos e a indicação antecipada de medidas corretivas e prospectivas para a atuação responsável da gestão pública.

Com isso, fica viabilizada a possibilidade de o Tribunal e o Gestor Estadual adotarem medidas antes de os problemas se concretizarem, além de contribuir para a disponibilização de informação ao cidadão para incremento do controle social.

# Sumário Executivo

No mês de abril de 2017, as análises dos economistas em relação aos indicadores econômicos, especialmente no que tange à retomada do crescimento, ao comportamento da inflação e do comércio exterior, resultaram nas seguintes expectativas para o cenário econômico e fiscal:

## Panorama Internacional

No setor externo brasileiro, o quadro continua favorável, com baixo risco de reversão. A melhora na balança comercial poderá se sustentar e previsões de saldos ao redor de US\$ 50 bilhões ganham viabilidade em um cenário de crescimento das exportações e das importações.

Foi registrado o maior superávit da balança comercial na série histórica do mês de março (US\$ 7 bilhões). O volume exportado cresceu 11% e o das importações, 17%, na comparação do primeiro trimestre de 2017 com igual período de 2016. O aumento nas importações pode ser interpretado como um sinal de alguma recuperação da economia, lembrando que os níveis de 2016 foram muito deprimidos pela recessão.

Em termos de volume, a melhora nas exportações foi puxada pelas não commodities (+16%), seguidas de um desempenho também positivo das commodities (+6%), na comparação do primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período de 2017. As exportações de automóveis contribuíram para o bom desempenho das não commodities — em valor, as vendas de automóveis cresceram 42% na comparação dos trimestres.

Em termos de preços, as commodities lideraram, registrando alta de 29% entre os primeiros trimestres de 2016 e 2017, enquanto o índice de preço das não commodities teve crescimento nulo. No caso das commodities, a evolução favorável dos preços é explicada principalmente pelo minério de ferro (+137%), seguido do petróleo (+82%). Destaca-se o aumento de 59% no volume exportado de petróleo e derivados, seguido da soja (15%). O setor de petróleo tem mostrado, portanto, forte recuperação nas vendas internacionais do país.

O comportamento favorável das commodities e a melhora da balança comercial estão fortemente associados à China. O ganho de US\$ 6 bilhões no superávit comercial do primeiro trimestre de 2017 em relação ao de 2016 é dominado pelo resultado da balança bilateral com a China, que passou de superávit de US\$ 1 bilhão para US\$ 5 bilhões. Em relação ao segundo principal parceiro comercial, os Estados Unidos, o Brasil registrou aumento no déficit e, em relação à Argentina, houve um ganho de US\$ 600 milhões no superávit. A participação da China na pauta de exportações do Brasil passou de 16% para 23% entre os primeiros trimestres de 2016 e 2017.

A dependência do Brasil em relação à China é ilustrada pela sua crescente participação nas exportações brasileiras. Qual a relevância dessa questão? Os dados mostram que a importância do comportamento da economia chinesa para o desempenho da balança comercial do Brasil tendeu a crescer nessa fase de recuperação das exportações brasileiras. Como os especialistas em China não esperam grandes riscos para o crescimento ao redor de 6,5% do país, é uma boa notícia para o Brasil.

Ressalva-se, contudo, que ao longo do primeiro trimestre de 2017, o desempenho da economia americana foi revisado sistematicamente para menos.

## Panorama Econômico Nacional

Numa visão geral, a economia brasileira está dando sinais de que está retomando o crescimento, a inflação rodando abaixo da meta e os juros em queda acelerada.

A grande surpresa pelo lado da demanda vem do comportamento das importações, especialmente de bens intermediários, que vêm apresentando forte crescimento. Ainda pelo lado da demanda, frustrou-se um pouco a expectativa de que a devolução dos recursos nas contas inativas do FGTS fosse desembocar em elevação do consumo das famílias. Ao contrário, as famílias têm optado por usar esses recursos prioritária e majoritariamente para abater dívidas.

A percepção do consumidor em relação à situação financeira familiar vinha se recuperando lentamente, tendo como fatores de impulso a queda da inflação e dos juros, e, como fatores de contenção, a situação ainda precária do mercado de trabalho. Em março, um novo fator passou a contribuir para o aumento do otimismo em relação às finanças domésticas: a liberação de recursos de contas inativas do FGTS. Assim, a devolução do FGTS tem contribuindo para melhora das finanças familiares.

Do lado do nível de atividade, o cenário é mais positivo que em épocas precedentes, mas nada particularmente brilhante, conforme análises anteriores. A melhora nas previsões decorre do bom desempenho da agropecuária, já identificado anteriormente, e de melhoras nos indicadores de atividade do comércio e dos serviços. Na indústria, porém, a última revisão das projeções realizada pelo Ibre foi no sentido de baixa.

O Ibre alterou as projeções do PIB para o primeiro e segundo trimestres deste ano: revisou de 0,3% para 0,6% a projeção de crescimento do PIB do primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre do ano passado, e para o segundo, de 0,4% para 0,2%.

Para o ano, a previsão de crescimento foi mantida em 0,4%. Mas a composição do crescimento mudou em comparação com a última edição do Boletim Macro Ibre: maior contribuição da agropecuária e do setor serviços, e menor contribuição da indústria, com destaque para a indústria de transformação.

Mesmo elevando a projeção de crescimento do PIB para o primeiro trimestre, a recuperação mais lenta da indústria de transformação traz preocupações em relação ao cenário prospectivo. Uma vez esgotado o bônus agropecuário nos próximos trimestres, uma dinâmica mais fraca da indústria deverá acarretar alguma revisão baixista para a atividade econômica. Resta saber se a força das importações de bens intermediários se prolongará no decurso deste ano, com repercussões potencialmente positivas sobre a produção industrial em algum momento.

Na análise da inflação existem notícias favoráveis: a desaceleração da inflação, outra sensível indicação de melhora econômica, pela melhoria de bem estar que acarreta, continua a surpreender. Além dos componentes relacionados à alimentação no IPCA, há também sinais de alívio nos preços por atacado, seja de matérias primas agropecuárias, seja de diversos segmentos de produtos industriais, indicando menores pressões nos preços ao consumidor à frente. E mesmo em relação aos serviços livres, cuja inflação apresentou elevada rigidez em anos anteriores, as previsões são de que esta volte a desacelerar, depois da pequena elevação da taxa para os doze meses terminados em março. A inflação está, sem sombra de dúvida, em baixa.

Ainda que em velocidades diferentes, praticamente todos os grupos de bens e serviços vêm contribuindo para a firme e por vezes ainda surpreendente desaceleração da inflação. Assim, fica reafirmada a expectativa de que o IPCA chegará ao fim de 2017 com variação acumulada de 4,1%. A Inflação melhorou e ainda pode melhorar mais.

Esse comportamento afasta, ao menos temporariamente, a preocupação com pressões de custos mais intensas, sugeridas por altas de preços ao produtor observadas desde os meses finais de 2016 na China, mas também nos Estados Unidos e em algumas regiões europeias.

Quanto à política monetária, o Banco Central intensificou o ritmo de flexibilização monetária. A queda do juro básico, além do potencial efeito dinamizador sobre a economia, rebate favoravelmente sobre o estado das contas públicas pela contribuição sobre o déficit nominal. Em 12 de abril, confirmou-se a expectativa da maioria: a taxa Selic foi reduzida de 12,25% para 11,25%. No comunicado emitido após a reunião, o Bacen afirmou que “essa intensificação moderada [...] mostra-se, no momento, adequada”.

Aqui terminam as boas notícias no campo econômico e começa o calvário do quadro econômico na avaliação das contas públicas do país. Contas essas que continuam a inspirar cuidados, como se deduz da recente elevação da meta de déficit primário projetada para o ano que vem. A avaliação também sugere que medidas adicionais terão que ser tomadas para amortecer a expansão do endividamento público federal, que é o traço mais marcante e preocupante do momento atual, especialmente se os efeitos da reforma da Previdência não forem tão fortes como se espera.

Outra etapa do calvário da economia está no mercado de trabalho, que tem custado a reagir. O mercado de trabalho decepcionou em fevereiro, com desempenho mais fraco do que o esperado. A taxa de desemprego da PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) registrou forte aumento no mês, indo a 13,2% (ante 12,6% em janeiro). A razão para isso foi uma queda maior do que a esperada da População Ocupada e a aceleração no ingresso de pessoas na População Economicamente Ativa. Mesmo o primeiro saldo positivo do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) com criação de 35,6 mil vagas em fevereiro, deve ser encarado com cautela, visto que representou uma perda de -38,3 mil postos de trabalho ao serem eliminados os efeitos sazonais.

Com isso, os analistas viram para pior suas projeções para o mercado de trabalho neste ano e no próximo, ficando a taxa de desemprego em 13,4% no 1º e no 2º trimestre deste ano. O emprego iniciará uma recuperação somente a partir do terceiro trimestre. Essa retomada se acentuará no quarto, continuando no primeiro trimestre de 2018, dadas as sazonalidades do período. Ainda assim, a taxa de desemprego projetada alcançará 12,1% no fim de 2018, nível semelhante ao do final de 2016.

O elevado grau de incerteza em relação à sustentabilidade da atual recuperação ainda deve inibir, por pelo menos mais alguns meses, a abertura de novas vagas no mercado trabalho.

Os índices de confiança de empresas e consumidores mantiveram em março a tendência de alta iniciada em janeiro, aproximando-se dos níveis observados ao final de 2014, período inicial e relativamente moderado da atual recessão. Os resultados continuam retratando uma fase de transição, em que alguns indicadores remetem a períodos recessivos e outros já apontam melhoras. Um dos principais traços dessa dubiedade é a enorme distância entre os indicadores de situação presente e de expectativas.

Assim como no ano passado, a alta dos índices de confiança neste ano vem ocorrendo majoritariamente em função da melhora dos componentes de expectativas. Com a nova onda de elevações, esses indicadores se aproximam agora de uma região de neutralidade, enquanto os níveis dos indicadores que retratam a satisfação de empresas e consumidores com a situação atual avançam tão lentamente que, em março, continuavam comparáveis aos de outros períodos recessivos.

Ao contrário do ano passado, há razões para crer que os índices de expectativas estejam hoje relativamente calibrados.

A economia passou de uma fase de retração a uma de estagnação, a política monetária vai se tornando menos restritiva e começam a surgir outras fontes de estímulo econômico. A melhora do ambiente de negócios se reflete nos indicadores de ímpeto de contratações pelas empresas, que continuam em terreno negativo, mas se aproximando da zona neutra. Os índices de situação atual também parecem ajustados ao ritmo da economia.

Do lado empresarial, há frustração com a lentidão da retomada e reclamações quanto aos níveis ainda elevados de juros e a dificuldade de acesso a crédito. Do ponto de vista do consumidor, as boas notícias são a queda da inflação e dos juros, além do efeito favorável da liberação de recursos de contas inativas do FGTS sobre o nível de endividamento das famílias. Uma alta mais consistente dos indicadores de situação atual, no entanto, continuará dependendo da efetiva recuperação do mercado de trabalho.

Apesar da aparente normalidade na evolução dos índices de confiança e seus componentes neste ano, o nível ainda elevado de incerteza econômica continua sendo um fator a justificar cautela na interpretação dos resultados.

## **Panorama Fiscal Nacional**

O primeiro trimestre deste ano foi muito difícil na área fiscal. O quadro fiscal continua muito complicado em dois sentidos. De um lado, porque o déficit público primário federal permanece elevado e sem dar sinais de que vá cair significativamente, devido às frustrações de receita e aos aumentos obrigatórios de gastos. De outro, porque há pouco apoio político para um ajuste mais forte das contas públicas, por conta da conturbada cena política, da recessão e da resistência de corporações e grupos de interesse, que lutam para manter o que muitos entendem ser privilégios injustificados.

Diante dessas restrições, o governo vem tentando equacionar a situação fiscal por meio de reformas que estabilizem a relação “dívida pública / PIB” em horizontes longos, de cerca de dez anos. Essa é a proposta com a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos; com o projeto de renegociação das dívidas estaduais; e com a reforma da Previdência, sem a qual será muito difícil cumprir o teto do gasto. O mercado comprou essa estratégia, o que levou a forte queda do prêmio de risco país, à valorização do Real e à queda dos juros longos.

Na arena fiscal, portanto, há enormes desafios neste ano. Especialmente tendo em vista que os resultados fiscais não foram bons no primeiro trimestre, quando houve uma contração na arrecadação das receitas federais de 0,9% em termos reais frente ao mesmo período de 2016. Pelo lado das despesas primárias, as variações a preços constantes, frente ao primeiro trimestre de 2016, são de elevações de 5,8% para os gastos com Previdência e de 7,7% para os gastos com pessoal da União. Os gastos com benefícios previdenciários correspondem a mais de 40% do total e as despesas com pessoal e encargos sociais, outros 20%. A implicação é que serão necessários esforços tanto nas receitas quanto nas despesas para cumprir a meta de resultado primário de 2017.

Apesar da dificuldade de melhorar mais rapidamente o resultado primário, o governo federal tem conseguido acelerar o ajuste fiscal, reduzindo substancialmente o pagamento de juros: o total dessa rubrica caiu de 9% do PIB em janeiro de 2016 para 6,2% do PIB em fevereiro de 2017, o que tem contribuído para a redução do déficit nominal. Essa queda ocorreu pelos seguintes fatores: (i) a valorização cambial, que gerou lucro nas operações de swaps cambiais; (ii) a redução da taxa de juros Selic; e (iii) o resgate de R\$ 130 bilhões junto ao BNDES.

Com a redução da Selic esperada nos próximos meses e a mudança da TJLP (taxa de juros de longo prazo), o processo de redução de pagamento de juros pelo governo deve ter continuidade, criando um alívio fiscal importante que comprará tempo para melhorar de forma estrutural o resultado primário sem comprometer a recuperação.

Fonte: Boletim Macro Ibre de abril/2017, Relatórios Focus de abril de 2017, Relatório Prisma Fiscal de abril/2017, IBGE.

## Panorama Estadual

- Inflação (Região Metropolitana da Grande Vitória)

Em abril de 2017, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) apresentou inflação de +0,20%, em relação ao mês anterior, patamar acima do observado em março do mesmo ano. A taxa na RMGV superou a média nacional (+0,14%), sendo a quinta maior entre as 13 áreas pesquisadas.

Os grupos Alimentação e bebidas e Saúde e cuidados pessoais geraram o maior impacto no avanço do IPCA na RMGV. No primeiro, o aumento foi influenciado por inúmeros produtos que compõe a Alimentação no domicílio (+1,17%). A contribuição do segundo se deveu aos acréscimos em Produtos farmacêuticos e óticos (+1,67%), Cuidados pessoais (+1,13%) e Serviços de Saúde (+0,86%). Também contribuíram para o aumento do nível de preços na RMGV os grupos Vestuário (+1,00%), Despesas pessoais (+0,51%), Transportes (+0,50%), Educação (+0,09%) e Comunicação (+0,03%). O movimento de alta foi contrabalançado pela deflação em Habitação (-1,61%) e Artigos de residência (-1,24%)

- Exportações

Após o recuo de -2,01% em fevereiro frente a janeiro de 2017, em março as exportações capixabas voltaram a se recuperar, atingindo US\$ 761,90 milhões, de +28,37% em comparação ao mês anterior, +95,53% em relação a março de 2016 e +29,72% no acumulado dos três primeiros meses do ano.

Os Estados Unidos permaneceram no primeiro lugar do ranking dos destinos das exportações capixabas, em março, com 30,25% do valor total, e crescimento de +73,13% ante ao mês anterior.

- Importações

Em março de 2017 as importações capixabas alcançaram US\$ 392,22 milhões, maior valor da série histórica registrado desde agosto de 2015.

No mês de março de 2017, as importações capixabas apresentaram crescimento em todas as bases de comparação: +28,74% na comparação com o mês anterior, +25,77% na relação interanual e +12,38% no acumulado de janeiro a março de 2017 frente ao mesmo período do ano anterior.

- Emprego Formal

Em sentido inverso ao ocorrido no mês de janeiro de 2017, em que foram criados 726 postos de trabalho<sup>1</sup>, o mês de fevereiro registrou

---

1) Resultado da subtração (saldo líquido) entre 25.498 admitidos e 24.772 demitidos no estado do Espírito Santo em janeiro de 2017.

queda de 2.077 postos de trabalho<sup>2</sup> com carteira assinada no Estado do Espírito Santo, cenário inverso inclusive ao observado em nível nacional, que registrou aumento dos postos de trabalho no período, conforme comentado no Panorama Econômico Nacional. Esse desempenho do Estado foi decorrente, em grande medida, dos resultados negativos registrados pelos setores do Comércio (-1.142), Construção Civil (-1.033) e Indústria de Transformação (-750).

- Produção Industrial

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março de 2017, a produção industrial recuou -0,7% no território capixaba frente a fevereiro do mesmo ano, na série livre dos efeitos sazonais, resultado melhor do que o registrado para o Brasil (-1,8%).

O desempenho da indústria estadual, em março de 2017, teve os seguintes resultados registrados: Indústria Extrativa, aumento de 6,9%, e Indústria de Fabricação de celulose, papel e produtos de papel, aumento de 19,6%, influenciados, sobretudo, pelo aumento na produção de minério de ferro pelletizado ou sintetizado e por óleos brutos de petróleo e gás natural, e pastas químicas de madeira (celulose), respectivamente. Por outro lado, observaram-se quedas nas indústrias de Metalurgia (-7,2%), na Fabricação de produtos de minerais não metálicos (-6,0%) e na Fabricação de produtos alimentícios (-4,3%), impactados, sobretudo, pela menor produção de tubos flexíveis e tubos trefilados de ferro e aço no primeiro setor, de granito talhado ou serrado e massa de concreto para construção no segundo, e de bombons e chocolates em barras no terceiro setor.

---

2) Resultado da subtração (saldo líquido) entre +20.632 admitidos e +22.709 demitidos no estado do Espírito Santo em fevereiro de 2017.

- Construção Civil

O índice da construção civil no Espírito Santo<sup>3</sup> apresentou aumento de 0,03% entre os meses de março e abril de 2017. No acumulado dos últimos 12 meses, contra igual período anterior, o índice avançou 5,87%. O Custo Unitário Básico da Construção Civil no Espírito Santo (CUB-ES) registrou aumento de 0,07% comparado a março de 2017 e variação de 7,95% em relação aos últimos 12 meses.

Fonte: Instituto Jones Santos Neves (IJSN).

## Finanças Públicas Estaduais

A receita arrecada do Estado em abril de 2017 (R\$ 1.161 milhões) teve alta de 4,6% em relação ao mês anterior (R\$ 1.110 milhões). Esse acréscimo em abril teve origem no aumento de R\$ 40,4 milhões nas receitas correntes e de R\$ 6,4 milhões na receita de capital.

Entre as receitas correntes, destaca-se o valor arrecadado com impostos, principalmente o IPVA (+196,5%) e o ICMS (+9,7%). Em abril, a arrecadação do IPVA atingiu R\$ 42,0 milhões, valor superior ao registrado no mês anterior (R\$ 14,2 milhões), e do ICMS, alcançou R\$ 434,3 milhões frente a R\$ 396,0 milhões em março. O comportamento do ICMS em abril reverteu às quedas consecutivas de fevereiro e março deste ano. Por outro lado, as transferências correntes ficaram praticamente estagnadas quando comparadas ao mês anterior: R\$ 276,8 milhões em abril e R\$ 276,3 milhões em março.

---

3) Calculado pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil do Espírito Santo (Sinapi – ES).



Entre as receitas de capital, merece destaque as operações de crédito que não apresentaram valor em março e saltaram para R\$ 8,2 milhões.

A receita arrecada no mês de abril (R\$ 1.161 milhões) ficou abaixo da média prevista para o mês, frustrando a arrecadação em R\$ 193,9 milhões. No acumulado do ano, a arrecadação também ficou abaixo da média prevista, no montante de R\$ 648,7 milhões.

No mês de abril, as despesas liquidadas ficaram abaixo das receitas arrecadadas. A receita arrecadada apresentou um superávit orçamentário em relação às despesas de R\$ 62,5 milhões. O governo continua gastando dentro do que arrecada.

A despesa total liquidada do Estado em abril (R\$ 1.098 milhões) caiu 5,1% em relação a março. A queda foi registrada tanto nas despesas correntes (-3,9%) quanto nas de capital (-22,4%). No grupo das despesas correntes, houve queda de -3,7% nas despesas com pessoal e encargos sociais, de -81,4% nas despesas com juros e encargos da dívida e de -4,6% em outras despesas correntes.

No grupo das despesas de capital, também no comparativo entre os meses de abril e março, os investimentos tiveram alta de R\$ 6,4 milhões principalmente por conta dos itens equipamentos e material permanente, obras e instalações e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. No mesmo período, as despesas com inversões financeiras caíram R\$ 22,8 milhões, com a constituição ou aumento de capital de empresas caindo R\$ 16,6 milhões e as concessões de empréstimos e financiamentos retraindo R\$ 6,3 milhões.

A receita corrente líquida (RCL) do Estado atingiu 12.038 milhões no mês de abril, caindo 0,07% em relação a março, queda quase insignificante em termos percentuais, mas responsável por quebrar a recuperação observada a partir de outubro de 2016, ponto de inflexão da série dos últimos doze meses. Apesar da leve queda, o valor da RCL de abril se manteve acima dos R\$ 12,0 bilhões, patamar atingido somente em

fevereiro e março de 2017 na série. Ressalta-se que a RCL não é um parâmetro econômico, mas fiscal.

As despesas com pessoal em relação à RCL ficaram abaixo dos limites legais para todos os Poderes e Órgãos. Contudo, quanto ao Poder Executivo, o MP e o ente estadual, o percentual ultrapassou o limite de alerta, respectivamente, 44,52%, 1,81% e 54,34%. O Poder Judiciário apresentou percentual de 5,92%, demonstrando, pelo terceiro mês consecutivo, que saiu do limite legal, mas permanece acima do limite prudencial, estando sujeito às vedações do artigo 22, parágrafo único, da LRF. O TCEES e Ales continuam respeitando os limites nos seus gastos com pessoal.

O endividamento estadual em relação à RCL, em 31/12/2016, encontra-se dentro dos limites permitidos pela LRF, apresentando folga: dívida consolidada líquida de 26,41% (limite: 200%), operações de crédito de 2,49% (limite: 16%), garantias concedidas de 0,31% (limite: 22%) e parcerias público-privadas de 0,17% (limite: 5%).

Os resultados primário e nominal apresentam cenário favorável, contudo, com comportamento inverso em relação às metas estabelecidas na LDO.

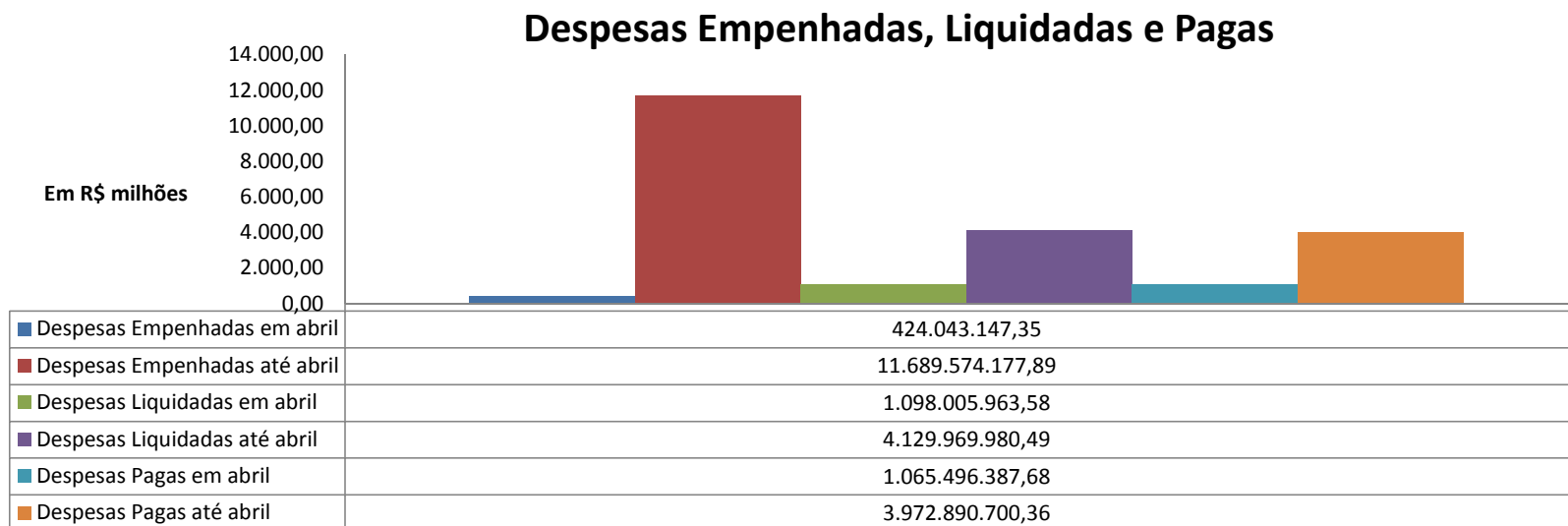
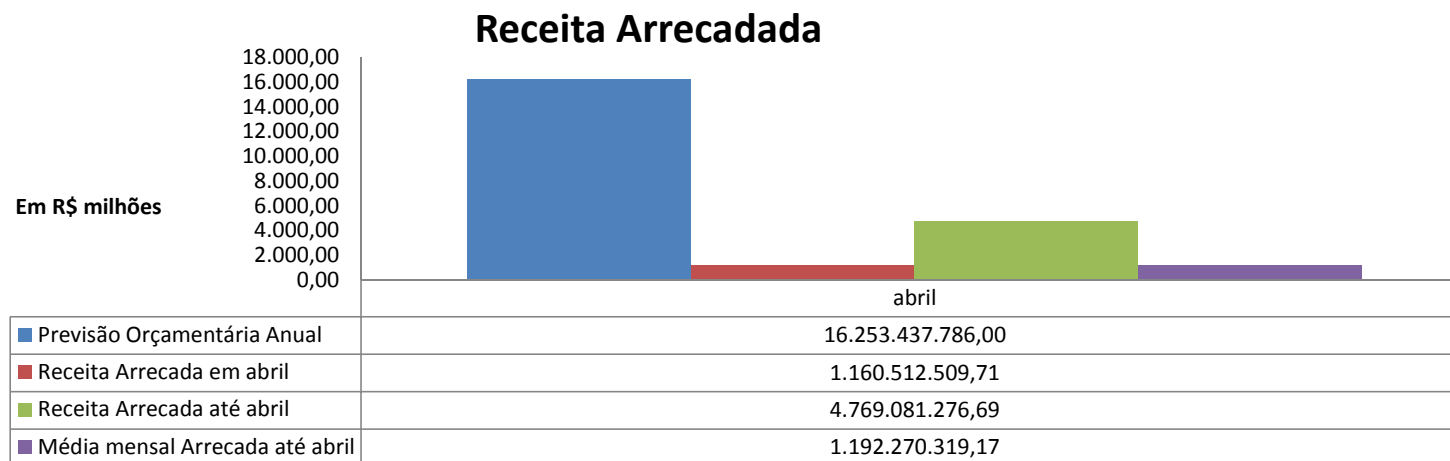
Por fim, na análise interanual (abril de 2017 em relação a abril de 2016), observa-se um acréscimo no ICMS de 3,2%, um aumento de 58,0% na receita de compensação financeira, uma queda de 7,8% na receita total e uma queda de 6,2% na despesa total liquidada. Quanto à despesa com pessoal, no mesmo período, observa-se uma queda de 3,29% para o TJ, de 0,01% para o Poder Executivo e de 0,27% para o Ente estadual. A despesa com pessoal do MP, do TCEES e da Ales apresentaram, respectivamente, aumento de 1,93%, de 0,69% e de 1,57%. A RCL apresentou aumento de 1,61% no período de referência.

Fonte: Secretaria de Controle Externo de  
Macroavaliação Governamental  
(SecexGoverno) do TCEES.

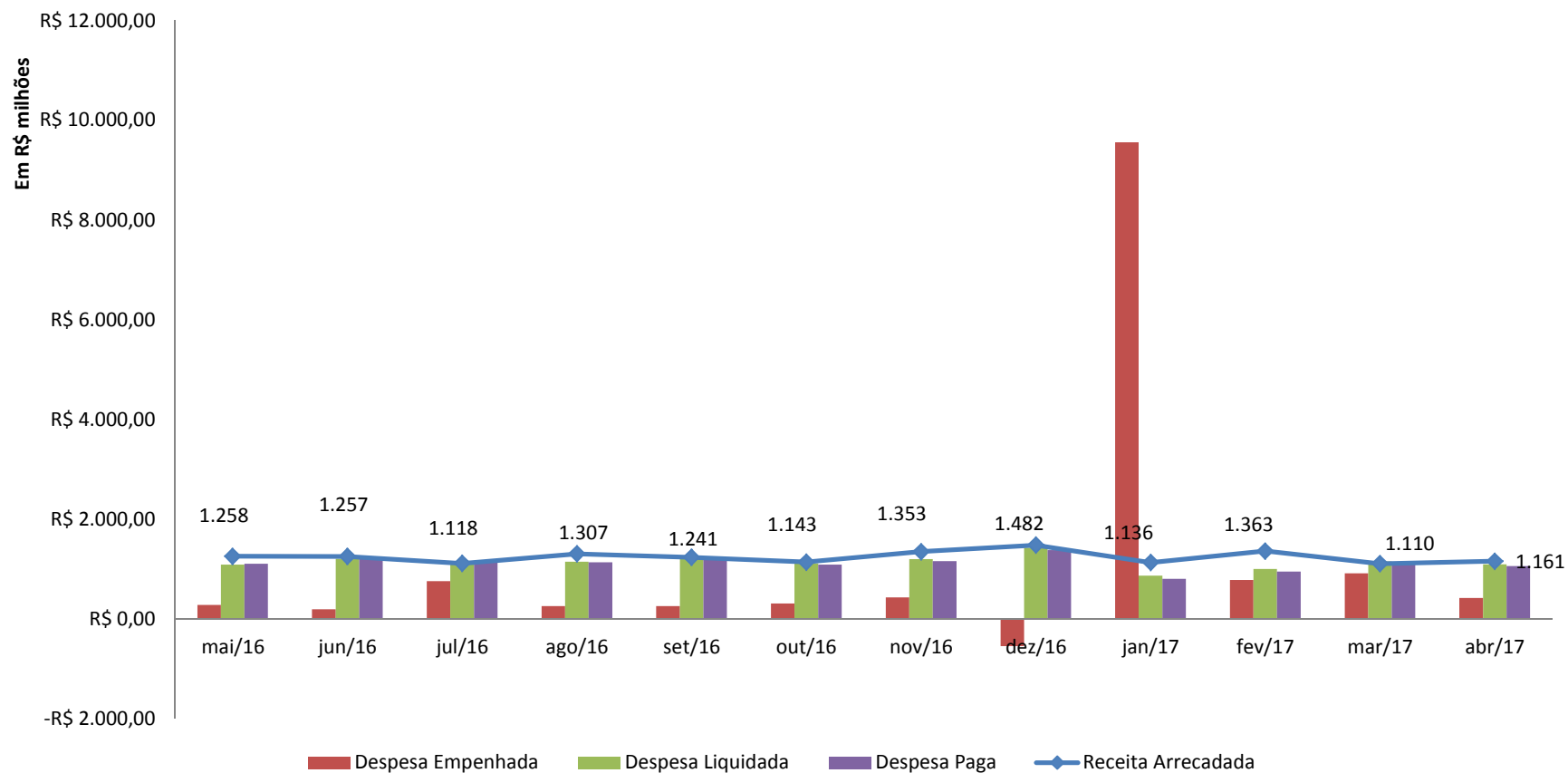
# Execução Orçamentária

Estado do Espírito Santo

# Receita x Despesa



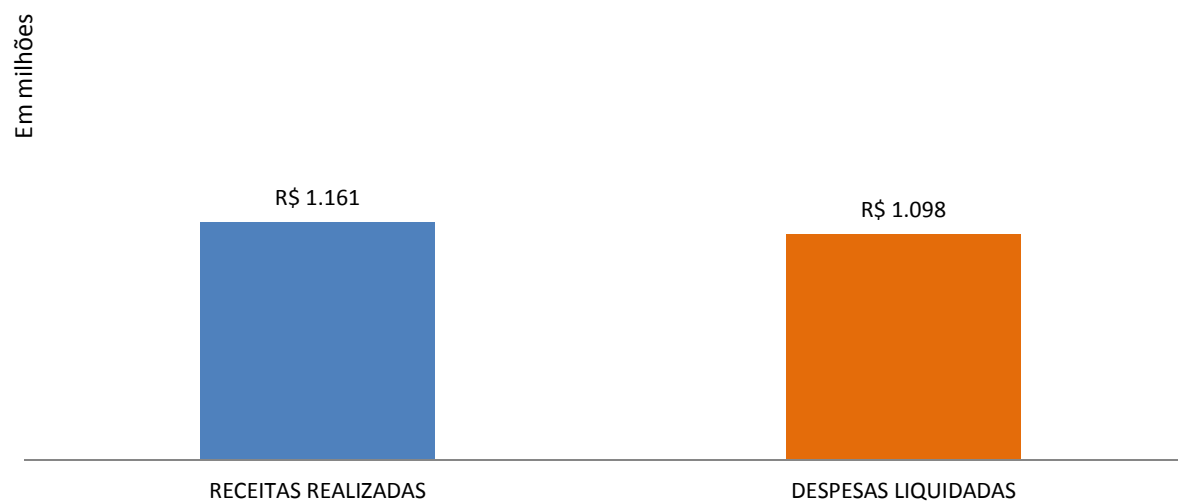
# Evolução Mensal da Receita e da Despesa



Fonte: LDO/2016 e Sigefes - Relatório SecexGovern0 6.1 BOR e 6.2 BOD

# Resultado Orçamentário

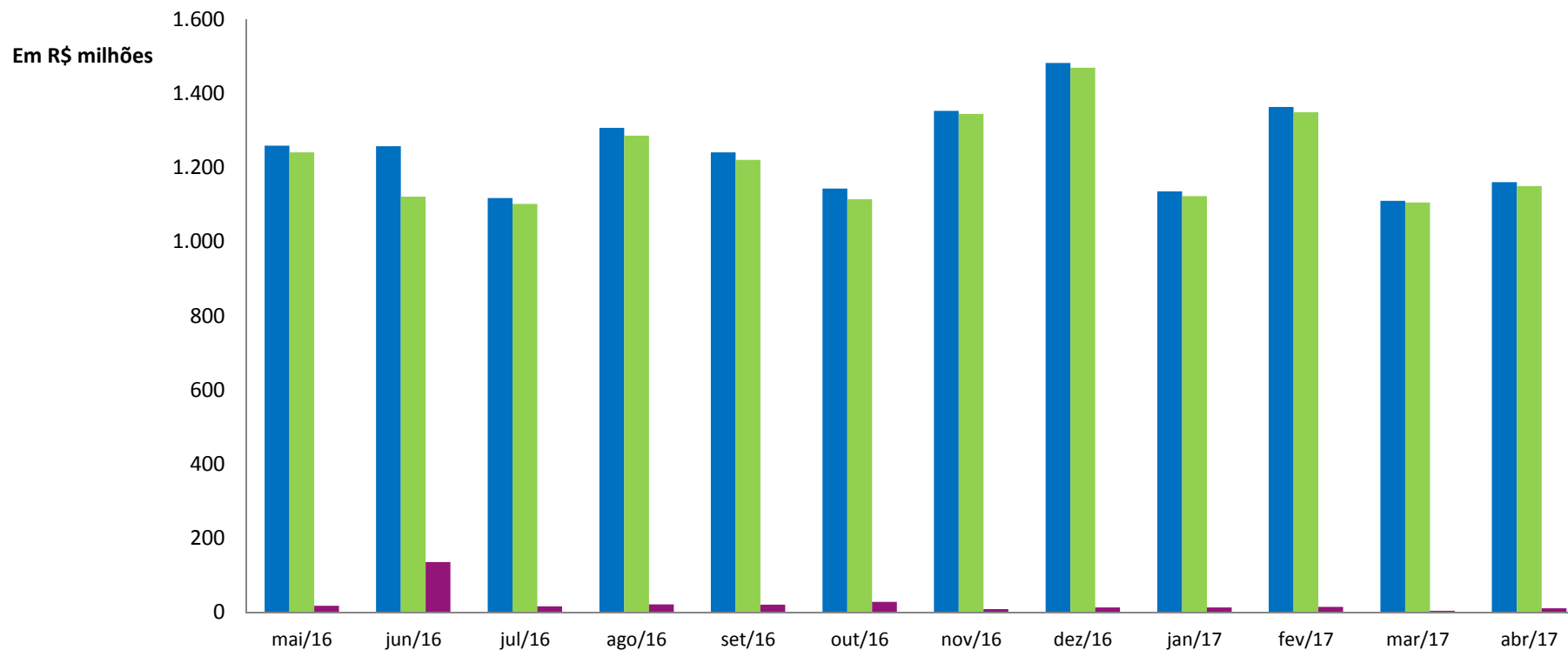
Balço Orçamentário no mês de abril



**Superávit Orçamentário em abril/2017**

**R\$ 62.506.546,13**

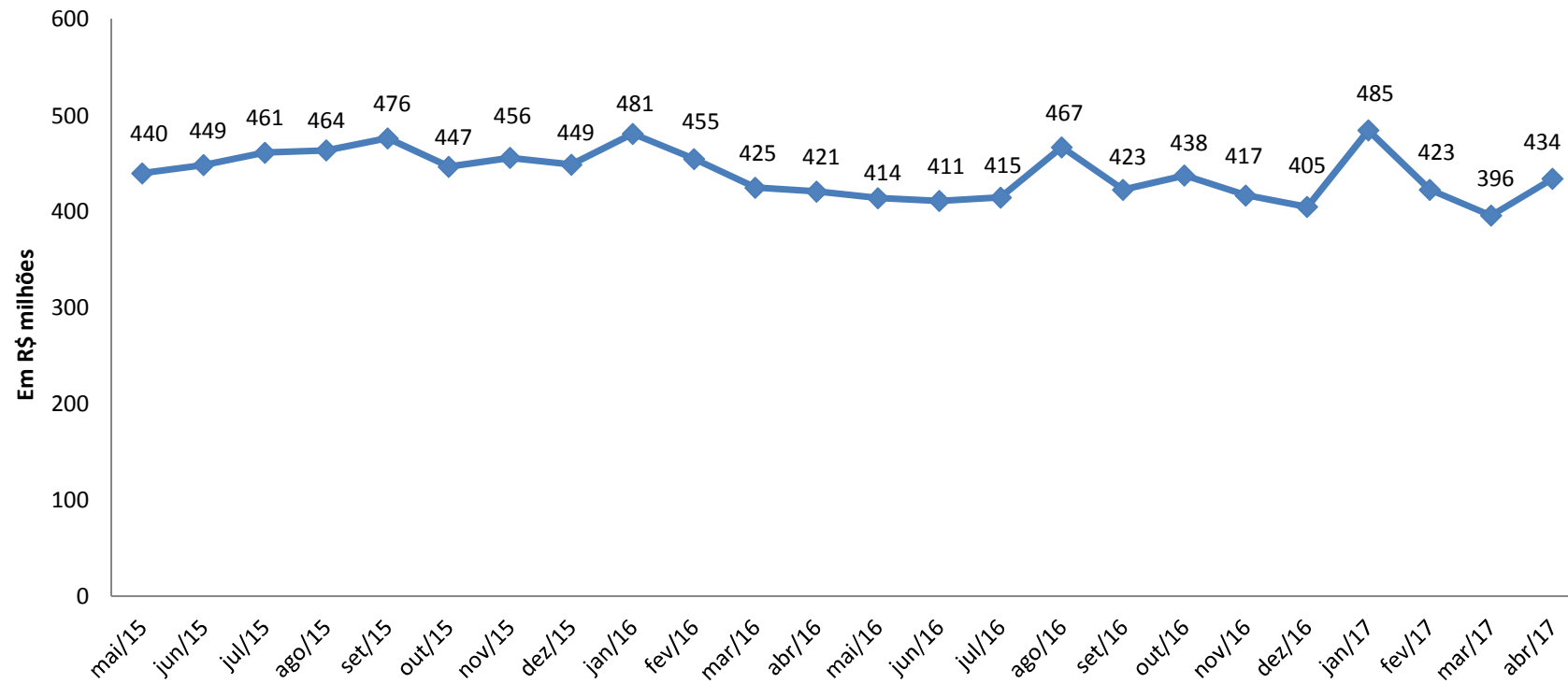
# Receita Realizada



	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17
Receita Arrec. Total	1.258	1.257	1.118	1.307	1.241	1.143	1.353	1.482	1.136	1.363	1.110	1.160
Receita Corrente	1.241	1.121	1.102	1.286	1.220	1.115	1.344	1.469	1.123	1.349	1.105	1.150
Receita de Capital	18	136	16	22	20	28	9	13	13	14	4	11

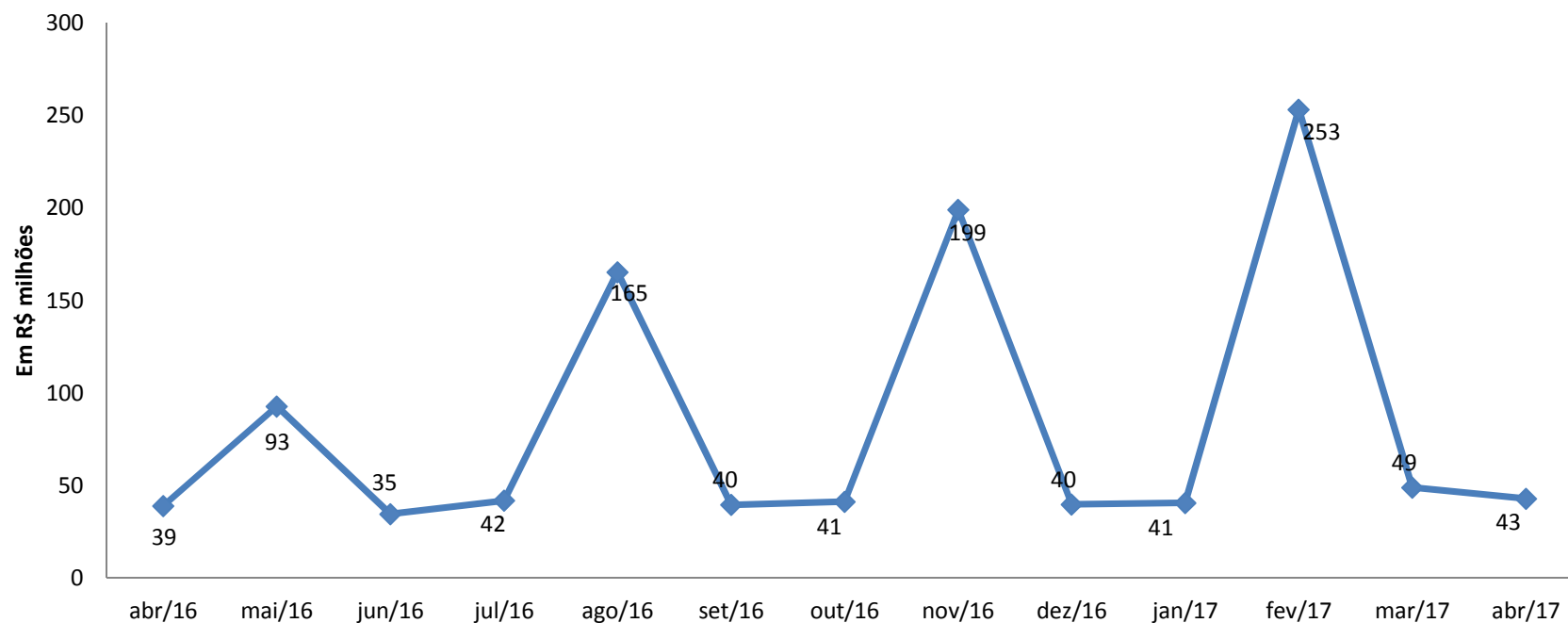
Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.1 BOR

# Arrecadação do ICMS



Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGovern0 6.1 BOR

# Arrecadação da Compensação Financeira



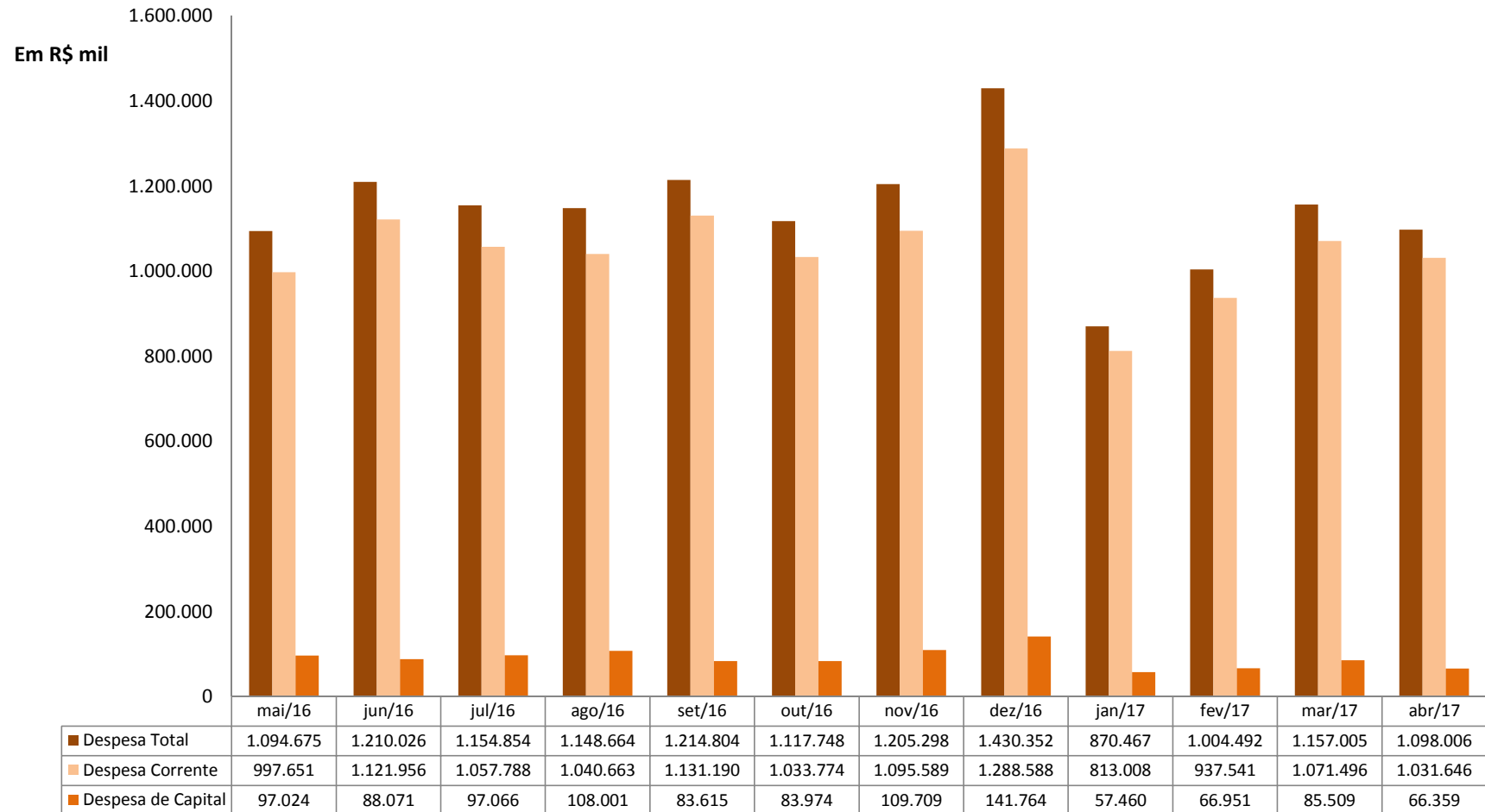
\* A Receita da Compensação Financeira é composta por: Cota Parte Comp. Financ. De Recursos Hídricos; de Recursos Minerais; Royalties Comp. Financ. Lei 7990/89; Royalties Part. Especial ; Fundo Especial do Petróleo –FEP e Royalties P/ Excedente Petróleo.

A série apresenta arrecadação significativa a cada três meses, quando ocorre o repasse dos royalties do petróleo, seguida de queda nos dois meses seguintes.

Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.1 BOR

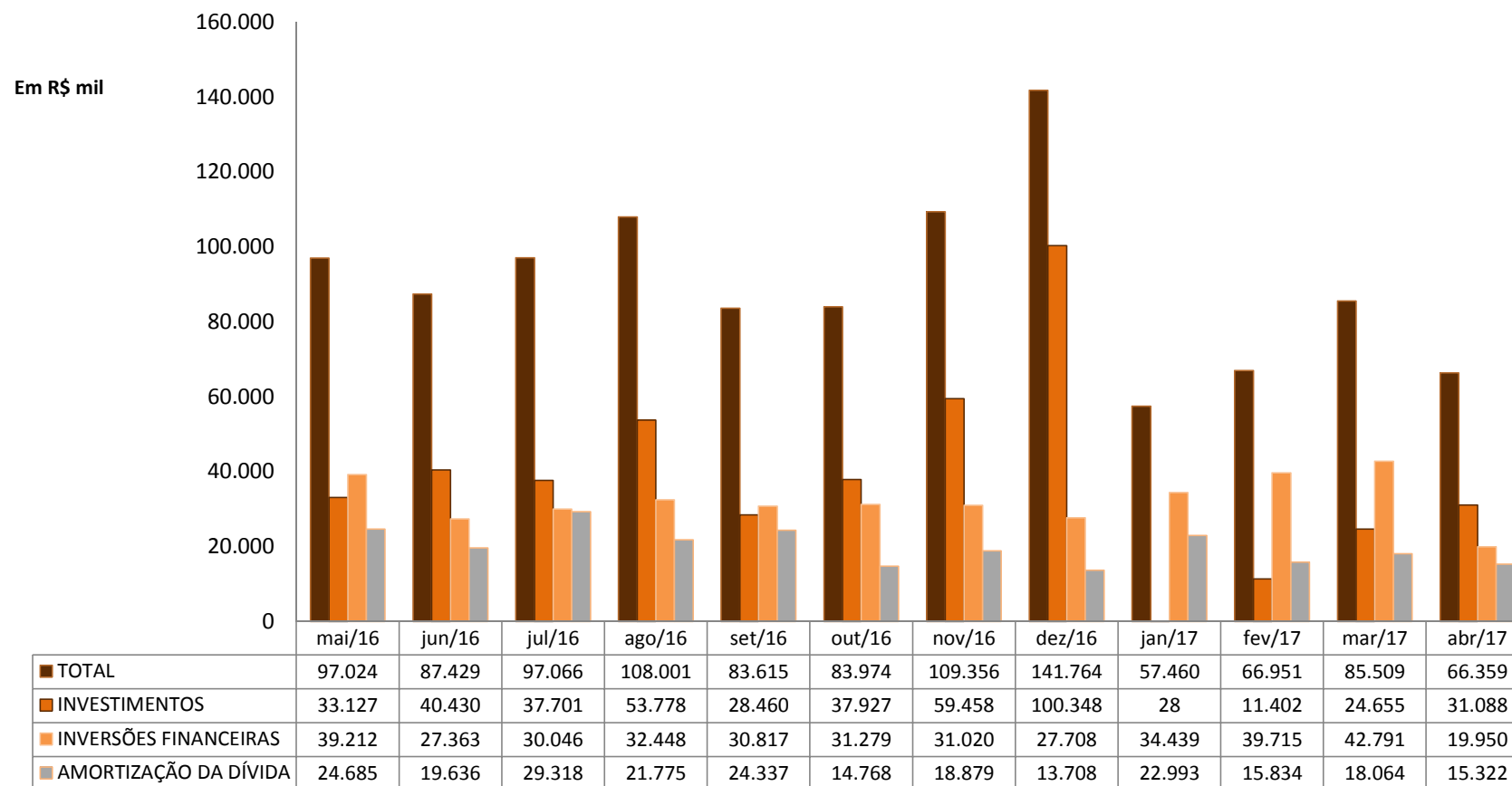


# Despesa Liquidada



Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.2 BOD

# Despesa de Capital (Liquidada) por Grupo

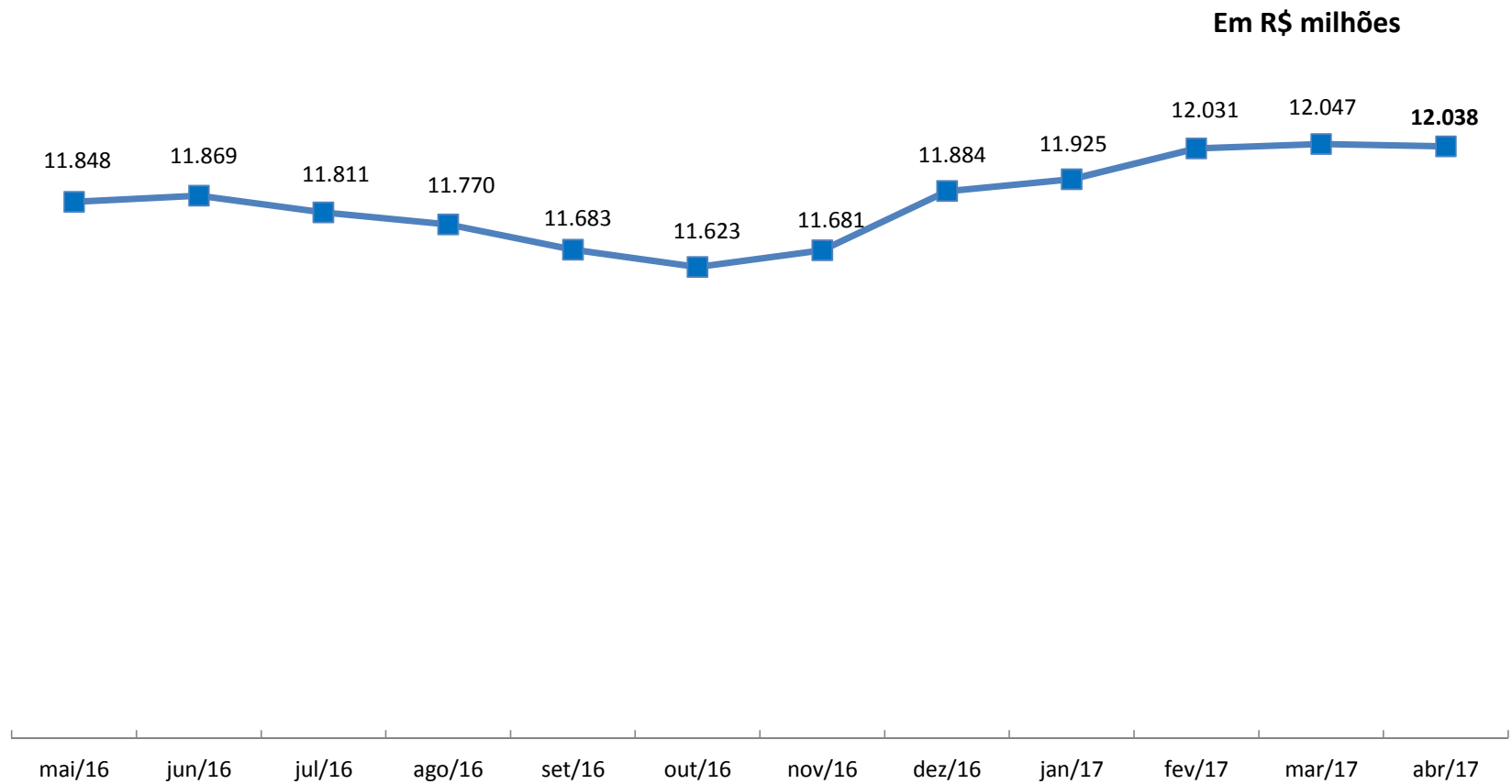


Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.2 BOD

# Limites e Metas

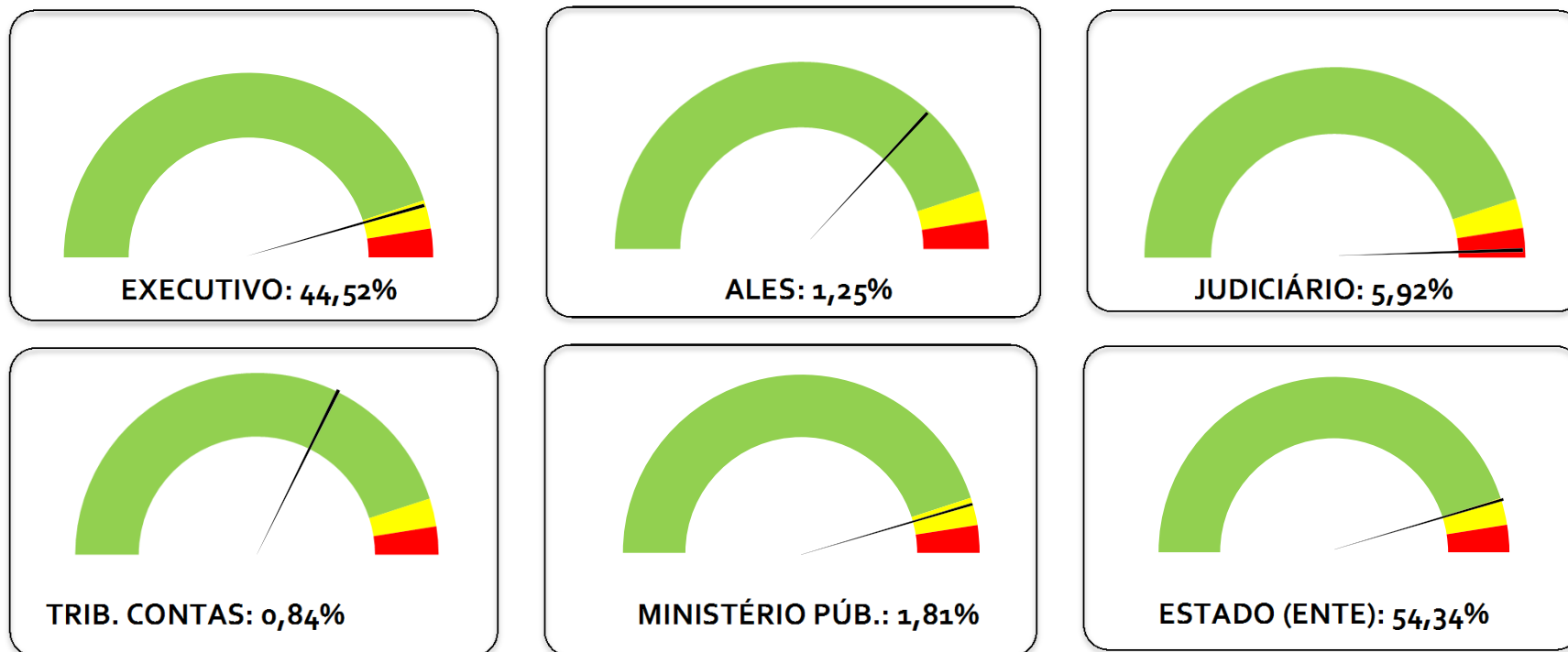
Estado do Espírito Santo

# Receita Corrente Líquida






Fonte: Sigefes - SecexGoverno 03 RCL

# Limites de Despesas com Pessoal segundo a LRF

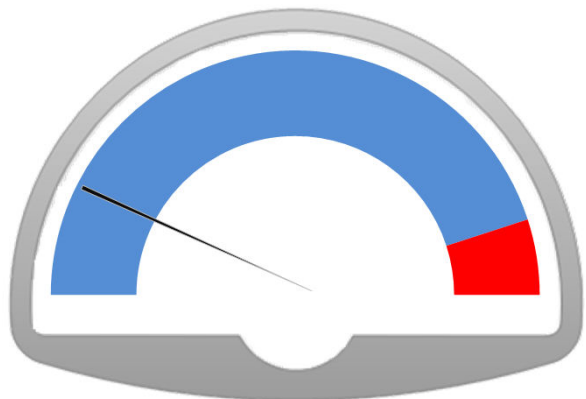


## Legenda:

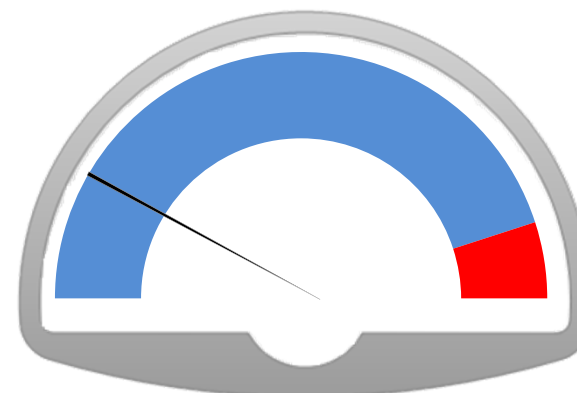
-  Abaixo do limite de alerta
-  Entre o limite de alerta e o limite prudencial
-  Entre o limite prudencial e o limite legal

Fonte: Fonte: Sigefes - Relatório LRF 06.4, LRF 06.2, 06.1, LRF 03 e LRF 10.  
Nota: metodologia conforme Decisão TC 06/2001, Resolução TC 189/2003 e precedentes firmados neste TCEES. Aguardando "regra de transição".

# Limites de Endividamento segundo a LRF

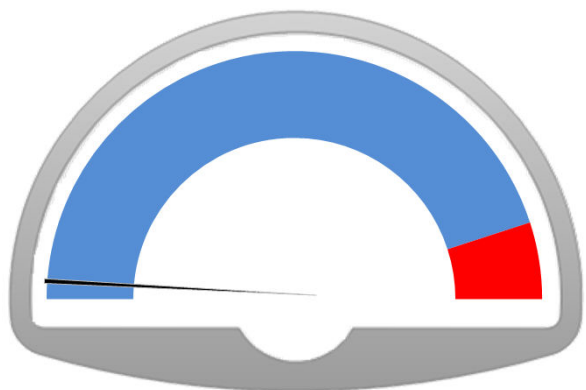


**DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA: 26,41%**

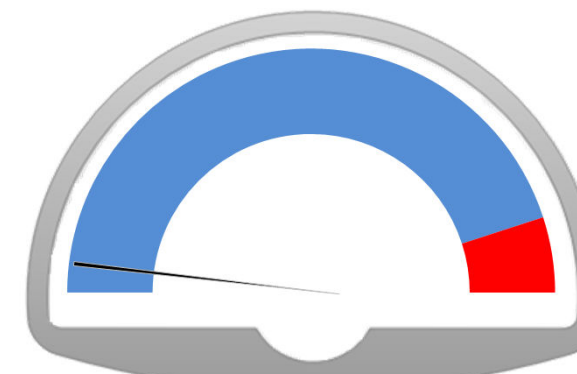


**OPERAÇÕES DE CRÉDITO: 2,49%**

**Situação em  
31/12/2016**



**GARANTIAS CONCEDIDAS: 0,31%**



**PARC. PÚBLICO-PRIVADAS: 0,17%**

**Legenda:**



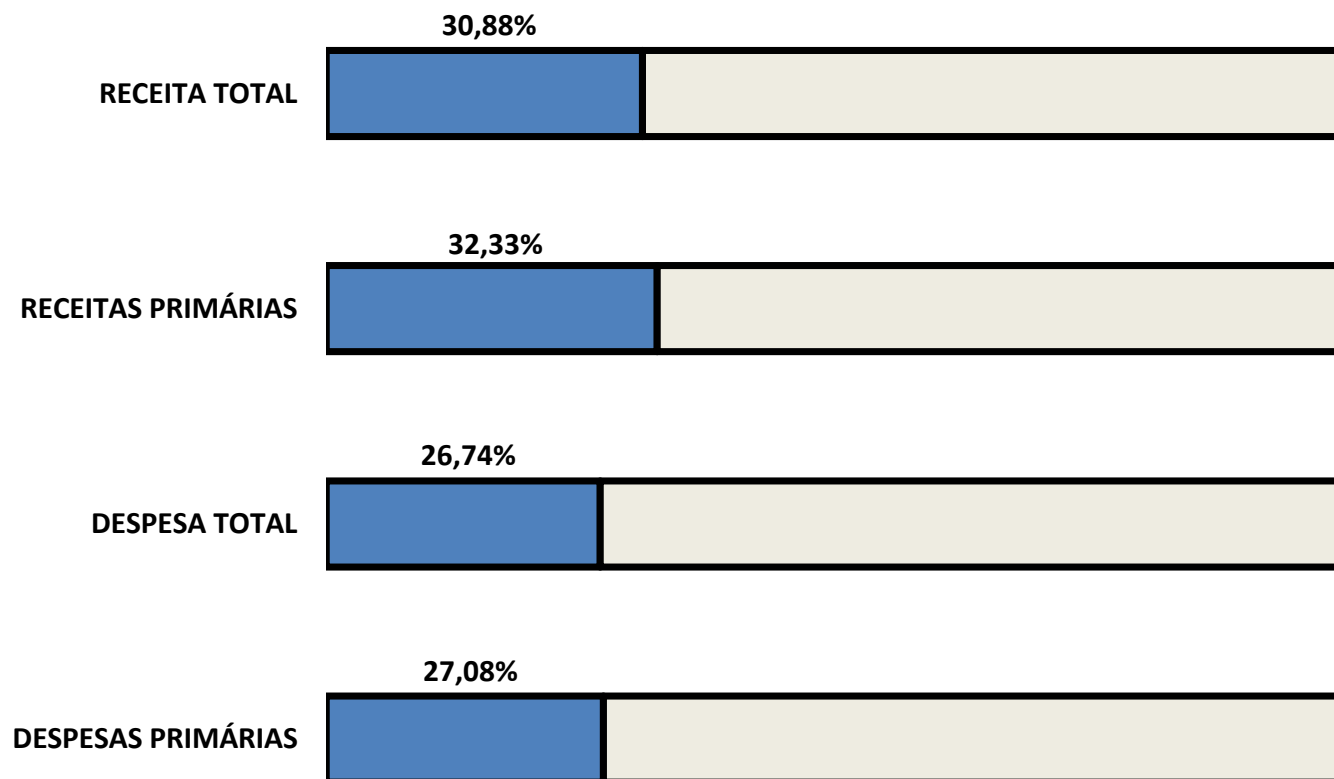
Abaixo do limite de alerta



Entre o limite de alerta e o limite LEGAL

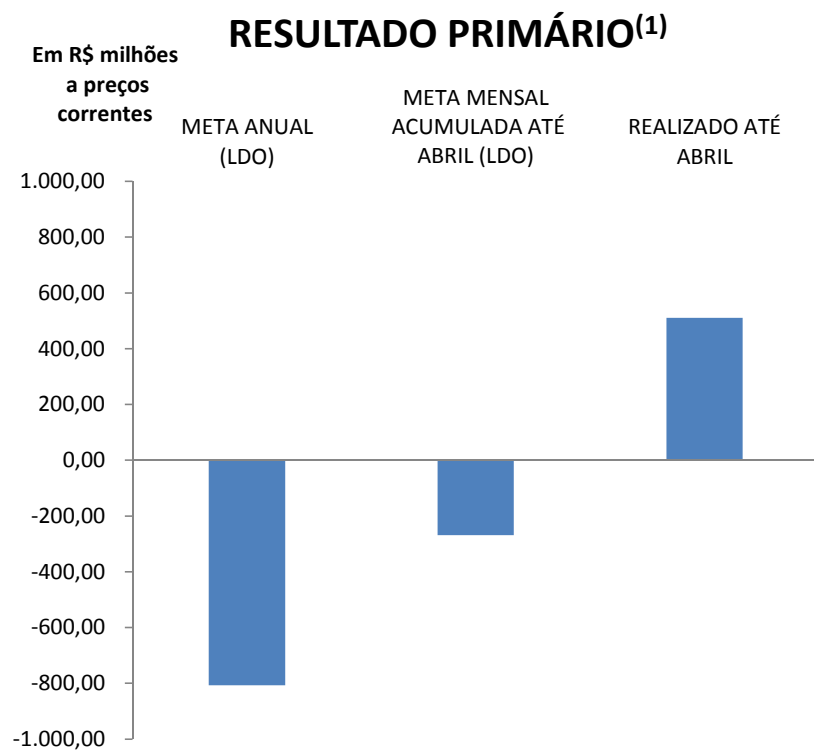
# Atingimento das Metas Anuais Previstas na LDO 2017

Até abril de 2017

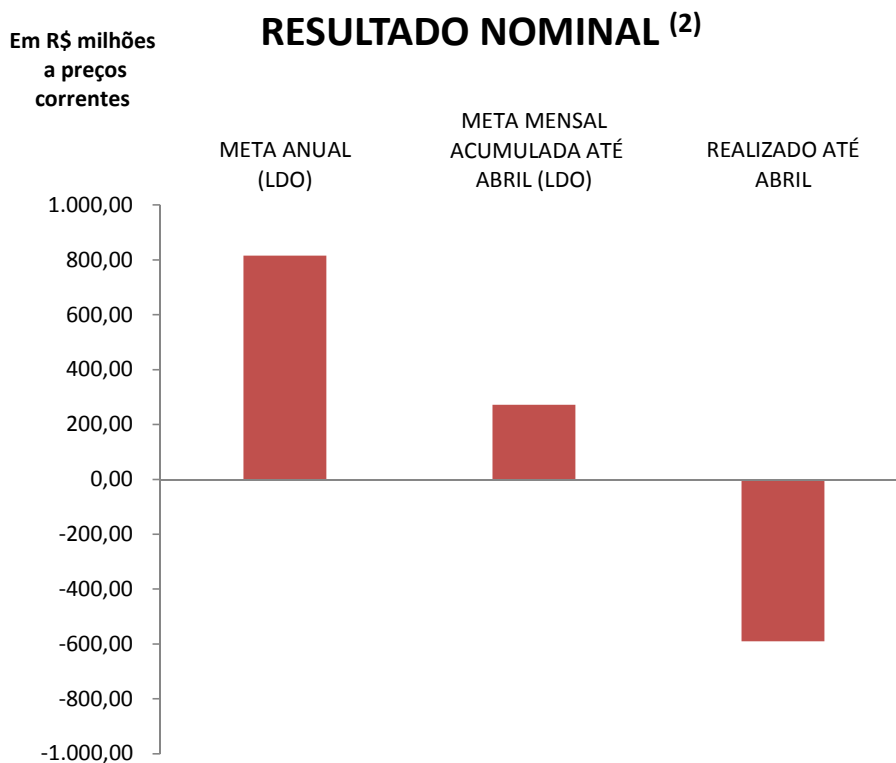


Fonte: LDO/2017 e Sigefes - Relatório RREO 01.

# Comportamento dos Resultados Primário e Nominal em 2017 (LDO)



<sup>(1)</sup> O Resultado Primário representa o esforço realizado pelo Estado para o controle da trajetória de endividamento. Superávits primários contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

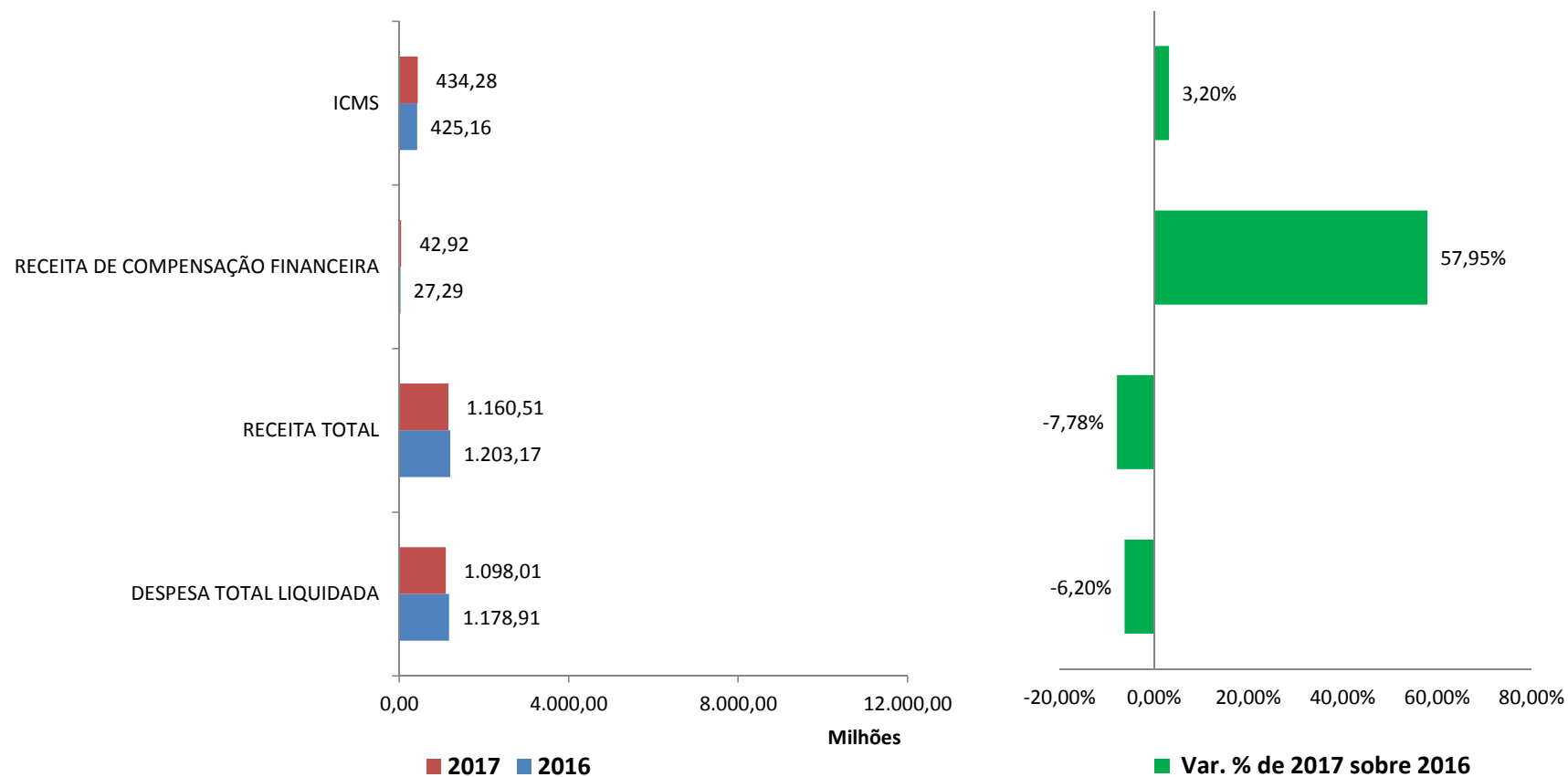


<sup>(2)</sup> O Resultado Nominal mensura a evolução da Dívida Fiscal Líquida no período.

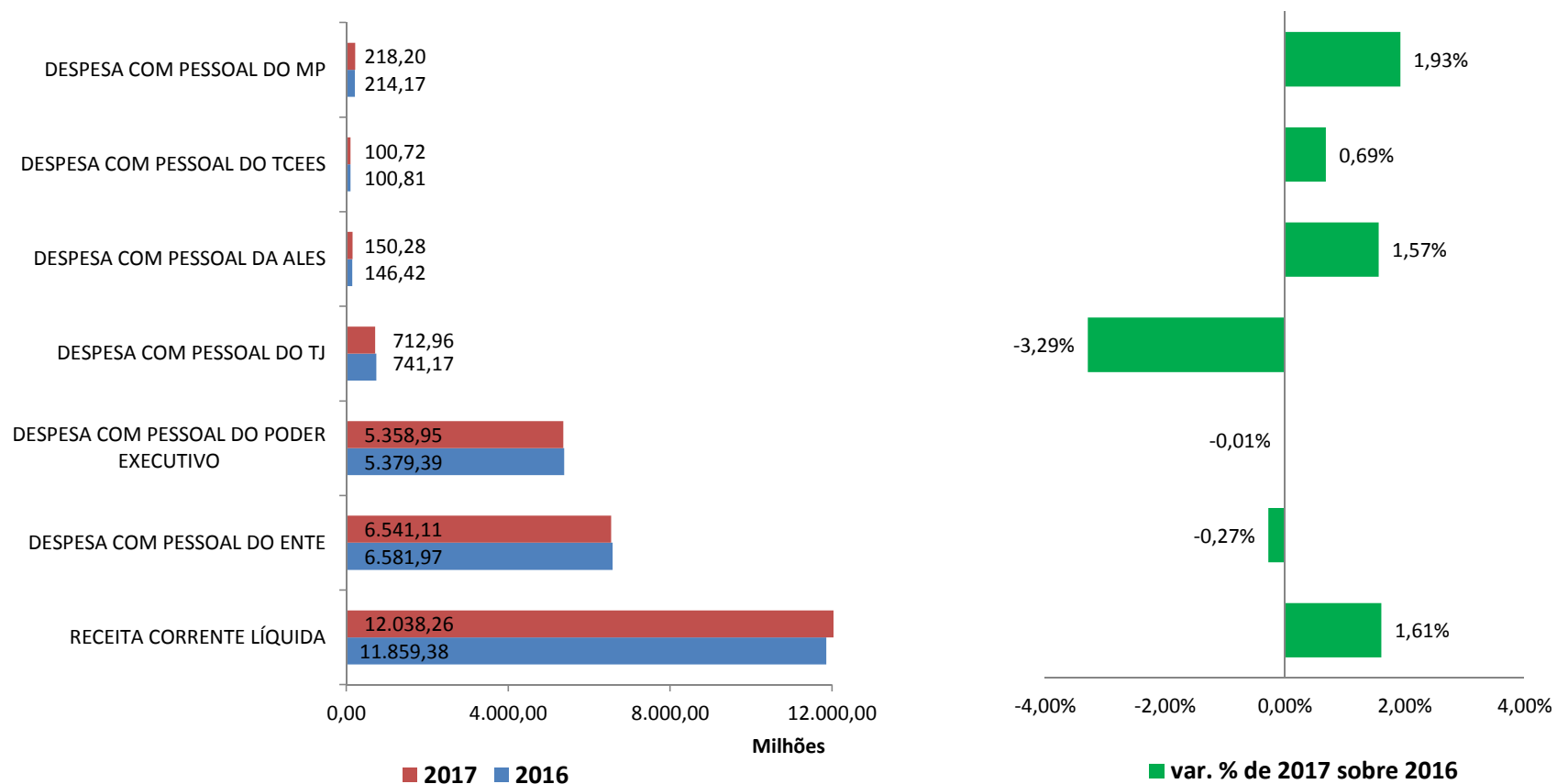
Fonte: LDO/2017 e Sigefes - Relatório RREO 01.



# Comparativo da execução orçamentária abril de 2016 X abril de 2017



# Comparativo da despesa com pessoal abril de 2016 X abril de 2017



Nota: Os valores da RCL e da despesa com pessoal representam o somatório dos valores no mês em referência com os dos onze anteriores, conforme LRF, artigo 2º, § 3º, e artigo 18, § 2º.

# Anexos

# Receita Prevista x Arrecadada

Comparativo da Receita Prevista Atualizada e a Arrecadada pelo Estado - 2016/2017								
Exercício	Orçamento			Receita Arrecadada			Diferença (até o mês)	
	Previsão Atualizada (a)	Média Mensal (b = a/12)	Até o Mês (c = bx4)	No mês	Até o mês (d)	Média Mensal	Orçada x Arrecadada (d-c)	Var. % (d/c)
<b>2016</b>	17.050.865.636,00	1.420.905.469,67	5.683.621.878,67	1.203.167.117,78	4.638.288.306,74	1.159.572.076,69	- 1.045.333.571,93	-18,39%
<b>2017</b>	16.253.437.786,00	1.354.453.148,83	5.417.812.595,33	1.160.512.509,71	4.769.081.276,69	1.192.270.319,17	- 648.731.318,64	-11,97%
<b>Varição % (2017/2016)</b>	-4,68%	-4,68%	-4,68%	-3,55%	2,82%	2,82%	-37,94%	-34,90%

Comparativo da Receita Prevista Atualizada e a Arrecadada pelo Estado nos meses de 2017								
Exercício 2017	Orçamento			Receita Arrecadada			Diferença Orçada x Arrecadada	
	Previsão Atualizada (a)	Média Mensal (b = a/12)	Até o Mês (c) <sup>1</sup>	No mês (d)	Até o mês (e)	Média Mensal <sup>2</sup>	No mês (d-b)	Até o mês (e-c)
<b>Jan</b>	16.192.127.881,00	1.349.343.990,08	1.349.343.990,08	1.135.550.166,79	1.135.550.166,79	1.135.550.166,79	-213.793.823,29	-213.793.823,29
<b>Fev</b>	16.192.127.881,00	1.349.343.990,08	2.698.687.980,17	1.363.247.070,71	2.498.797.237,50	1.249.398.618,75	13.903.080,63	-199.890.742,67
<b>Mar</b>	16.241.527.881,00	1.353.460.656,75	4.060.381.970,25	1.109.771.529,48	3.608.568.766,98	1.202.856.255,66	-243.689.127,27	-451.813.203,27
<b>Abr</b>	16.253.437.786,00	1.354.453.148,83	5.417.812.595,33	1.160.512.509,71	4.769.081.276,69	1.192.270.319,17	-193.940.639,12	-648.731.318,64
<b>Mai</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Jun</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Jul</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ago</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Set</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Out</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Nov</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dez</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sigefes, 15/02/2017.

Notas: 1) Refere-se à média mensal (coluna "b") multiplicada pelo número do mês correspondente.

2) Refere-se à coluna "e" dividida pelo número do mês correspondente.

# Evolução dos principais itens da Receita Arrecadada

RECEITA ARRECADADA	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16
<b>RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I) = (II+III)</b>	<b>1.087.158.197,48</b>	<b>1.077.007.310,98</b>	<b>931.604.794,11</b>	<b>1.122.631.141,68</b>	<b>1.052.998.080,95</b>	<b>963.837.339,16</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (II)</b>	<b>1.069.492.200,61</b>	<b>941.275.794,55</b>	<b>915.557.662,41</b>	<b>1.100.974.848,92</b>	<b>1.032.534.653,90</b>	<b>935.515.307,59</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>562.736.225,35</b>	<b>530.092.549,84</b>	<b>536.752.136,92</b>	<b>587.977.234,34</b>	<b>535.070.004,55</b>	<b>562.267.788,14</b>
IMPOSTOS	517.768.072,43	484.933.110,31	479.102.907,97	525.994.290,41	480.609.604,93	506.586.241,65
IPVA	53.489.522,59	21.278.379,61	10.823.404,13	6.940.108,66	4.580.096,53	4.023.184,01
ICMS	414.123.230,04	411.274.555,58	414.765.075,62	467.019.603,73	422.954.456,58	437.694.384,87
TAXAS	44.968.152,92	45.159.439,53	57.649.228,95	61.982.943,93	54.460.399,62	55.681.546,49
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>373.413.454,88</b>	<b>278.702.195,71</b>	<b>250.741.603,69</b>	<b>370.102.482,56</b>	<b>239.647.285,84</b>	<b>259.892.708,40</b>
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	372.556.792,18	277.005.687,58	245.249.520,57	369.414.125,97	238.791.697,77	259.128.510,25
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIAO	112.680.929,78	89.651.023,37	71.032.457,13	84.787.534,24	72.363.656,16	87.686.428,67
TRANSF. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	92.868.984,11	34.686.234,56	41.899.856,51	165.357.721,91	39.611.074,70	41.293.847,21
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	47.523.081,92	47.964.274,24	45.980.747,13	47.609.204,17	44.205.460,22	50.767.986,13
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.477.650,65</b>	<b>39.449.693,93</b>	<b>20.768.295,12</b>	<b>37.969.448,67</b>	<b>152.720.373,09</b>	<b>20.292.153,05</b>
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.093.771,37	2.264.863,03	2.253.215,29	17.465.837,81	15.616.827,23	2.696.099,73
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>17.665.996,87</b>	<b>135.731.516,43</b>	<b>16.047.131,70</b>	<b>21.656.292,76</b>	<b>20.463.427,05</b>	<b>28.322.031,57</b>
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>12.838.922,00</b>	<b>130.000.000,00</b>	<b>10.076.746,16</b>	<b>16.448.220,00</b>	<b>16.195.000,00</b>	<b>25.368.000,00</b>
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)</b>	<b>171.311.313,93</b>	<b>180.062.193,56</b>	<b>186.283.062,27</b>	<b>184.561.412,21</b>	<b>187.899.645,02</b>	<b>179.024.238,53</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (V)</b>	<b>171.311.313,93</b>	<b>180.062.193,56</b>	<b>186.283.062,27</b>	<b>184.561.412,21</b>	<b>187.899.645,02</b>	<b>179.024.238,53</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.447,90</b>	<b>32.714,40</b>	<b>15.121,88</b>	<b>16.485,17</b>	<b>645.239,79</b>	<b>6.747,49</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA TOTAL ARRECADADA (VII) = (I+IV)</b>	<b>1.258.469.511,41</b>	<b>1.257.069.504,54</b>	<b>1.117.887.856,38</b>	<b>1.307.192.553,89</b>	<b>1.240.897.725,97</b>	<b>1.142.861.577,69</b>

Fonte: Sigefes 2017.

## Evolução dos principais itens da Receita Arrecadada (continuação)

RECEITA ARRECADADA	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17
<b>RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I) = (II+III)</b>	<b>1.171.083.722,48</b>	<b>1.259.461.003,63</b>	<b>983.356.126,94</b>	<b>1.178.119.634,96</b>	<b>922.155.048,28</b>	<b>969.030.230,50</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (II)</b>	<b>1.162.306.843,60</b>	<b>1.246.408.427,97</b>	<b>970.387.010,64</b>	<b>1.163.704.793,58</b>	<b>917.781.066,52</b>	<b>958.215.632,38</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>530.093.900,74</b>	<b>511.657.092,47</b>	<b>585.913.106,15</b>	<b>512.310.946,73</b>	<b>511.973.645,63</b>	<b>577.735.097,43</b>
IMPOSTOS	476.343.392,75	465.497.374,46	543.667.303,76	478.620.423,71	462.471.984,59	510.318.321,03
IPVA	3.677.421,42	3.569.953,35	6.022.701,18	5.332.053,70	14.159.756,41	41.981.476,98
ICMS	417.074.564,55	405.050.407,92	484.688.901,89	422.989.893,61	395.995.729,79	434.276.276,16
TAXAS	53.750.507,99	46.159.718,01	42.245.802,39	33.690.523,02	49.501.661,04	67.416.776,40
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>515.241.650,34</b>	<b>571.770.002,41</b>	<b>269.140.938,63</b>	<b>518.620.625,12</b>	<b>276.288.634,42</b>	<b>276.773.087,92</b>
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	511.953.841,23	560.703.016,37	268.058.634,90	518.588.951,09	274.932.374,27	274.699.686,13
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIAO	162.639.292,03	199.358.488,17	104.606.037,80	125.304.716,67	78.992.140,85	104.290.085,29
TRANSF. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	199.016.414,35	39.880.480,51	40.668.675,33	253.175.348,84	48.973.968,64	42.915.723,25
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	57.287.331,27	48.524.324,36	38.788.995,60	60.222.811,97	51.756.335,91	49.620.528,48
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>37.631.526,81</b>	<b>28.083.501,36</b>	<b>27.662.050,95</b>	<b>17.570.050,52</b>	<b>22.758.260,17</b>	<b>25.459.172,66</b>
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.360.604,38	2.333.301,33	2.699.643,01	2.204.238,69	2.120.270,03	4.384.803,85
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>8.776.878,88</b>	<b>13.052.575,66</b>	<b>12.969.116,30</b>	<b>14.414.841,38</b>	<b>4.373.981,76</b>	<b>10.814.598,12</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>3.269.196,80</b>	<b>4.119.444,92</b>	<b>8.764.000,00</b>	<b>6.549.350,10</b>	<b>0,00</b>	<b>8.241.500,00</b>
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)</b>	<b>181.935.698,82</b>	<b>222.682.492,32</b>	<b>152.194.039,85</b>	<b>185.127.435,75</b>	<b>187.616.481,20</b>	<b>191.482.279,21</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (V)</b>	<b>181.935.698,82</b>	<b>222.682.492,32</b>	<b>152.194.039,85</b>	<b>185.127.435,75</b>	<b>187.616.481,20</b>	<b>191.482.279,21</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.342,43</b>	<b>15.516,78</b>	<b>86.096,73</b>	<b>29.809,83</b>	<b>71.683,48</b>	<b>-24.508,40</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA TOTAL ARRECADADA (VII) = (I+IV)</b>	<b>1.353.019.421,30</b>	<b>1.482.143.495,95</b>	<b>1.135.550.166,79</b>	<b>1.363.247.070,71</b>	<b>1.109.771.529,48</b>	<b>1.160.512.509,71</b>

Fonte: Sigefes 2017.

# Comparativo de Receitas Arrecadadas

RECEITA ARRECADADA	No mês		Variação Nominal	Acumulado no ano		Variação Nominal
	abr/16	abr/17		jan/16 a abr/16	jan/17 a abr/17	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I) = (II+III)</b>	<b>1.023.659.472,09</b>	<b>969.030.230,50</b>	<b>-5,64%</b>	<b>3.962.990.193,72</b>	<b>4.052.661.040,68</b>	<b>2,21%</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (II)</b>	<b>969.110.400,04</b>	<b>958.215.632,38</b>	<b>-1,14%</b>	<b>3.863.695.426,66</b>	<b>4.010.088.503,12</b>	<b>3,65%</b>
<b>RECEITA TRIBUTARIA</b>	<b>564.610.383,32</b>	<b>577.735.097,43</b>	<b>2,27%</b>	<b>2.209.807.873,55</b>	<b>2.187.932.795,94</b>	<b>-1,00%</b>
IMPOSTOS	521.671.933,52	510.318.321,03	-2,22%	2.054.763.129,67	1.995.078.033,09	-2,99%
IPVA	47.727.729,61	41.981.476,98	-13,69%	79.869.832,84	67.495.988,27	-18,33%
ICMS	420.814.864,10	434.276.276,16	3,10%	1.781.298.037,05	1.737.950.801,45	-2,49%
TAXAS	42.938.449,80	67.416.776,40	36,31%	155.044.743,88	192.854.762,85	19,61%
<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>276.750.069,44</b>	<b>276.773.087,92</b>	<b>0,01%</b>	<b>1.182.555.902,56</b>	<b>1.340.823.286,09</b>	<b>11,80%</b>
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	275.295.550,94	274.699.686,13	-0,22%	1.177.617.964,82	1.336.279.646,39	11,87%
PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	93.349.118,67	104.290.085,29	10,49%	386.618.917,53	413.192.980,61	6,43%
TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	27.171.206,20	42.915.723,25	36,69%	239.714.725,73	385.733.716,06	37,85%
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	47.365.098,24	49.620.528,48	4,55%	189.470.115,55	200.388.671,96	5,45%
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>21.732.182,74</b>	<b>25.459.172,66</b>	<b>14,64%</b>	<b>75.840.118,99</b>	<b>93.449.534,30</b>	<b>18,84%</b>
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	6.416.896,01	4.384.803,85	-46,34%	15.166.751,83	11.408.955,58	-32,94%
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>54.549.072,05</b>	<b>10.814.598,12</b>	<b>-404,40%</b>	<b>99.294.767,06</b>	<b>42.572.537,56</b>	<b>-133,24%</b>
<b>OPERACOES DE CREDITO</b>	<b>50.838.392,04</b>	<b>8.241.500,00</b>	<b>-516,86%</b>	<b>80.768.094,54</b>	<b>23.554.850,10</b>	<b>-242,89%</b>
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)</b>	<b>179.507.645,69</b>	<b>191.482.279,21</b>	<b>6,25%</b>	<b>675.298.113,02</b>	<b>716.420.236,01</b>	<b>5,74%</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (V)</b>	<b>179.507.645,69</b>	<b>191.482.279,21</b>	<b>6,25%</b>	<b>675.298.113,02</b>	<b>716.420.236,01</b>	<b>5,74%</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
TAXAS	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>96.029,83</b>	<b>-24.508,40</b>	<b>491,82%</b>	<b>357.107,03</b>	<b>163.081,64</b>	<b>-118,97%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>RECEITA TOTAL ARRECADADA (VII) = (I+IV)</b>	<b>1.203.167.117,78</b>	<b>1.160.512.509,71</b>	<b>-3,68%</b>	<b>4.638.288.306,74</b>	<b>4.769.081.276,69</b>	<b>2,74%</b>

Fonte: Sigefes 2017 - Relatório - SecexGOverno 6.1 BOR.

Elaboração: SecexGOverno.

## Evolução por Grupos de Natureza de Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas

ITENS DE DESPESAS	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17
<b>DESPESAS EMPENHADAS EXCETO INTRA.</b>	<b>275.627.102,37</b>	<b>159.590.861,49</b>	<b>746.851.930,43</b>	<b>230.542.361,16</b>	<b>191.059.803,06</b>	<b>237.368.813,55</b>	<b>359.028.178,99</b>	<b>-616.509.207,76</b>	<b>7.672.282.531,28</b>	<b>775.322.826,12</b>	<b>907.210.639,74</b>	<b>415.019.527,44</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (II)</b>	<b>197.693.403,56</b>	<b>103.562.409,82</b>	<b>662.850.317,27</b>	<b>197.127.781,77</b>	<b>171.911.574,36</b>	<b>201.007.753,91</b>	<b>304.239.629,12</b>	<b>-362.403.599,48</b>	<b>7.029.280.159,03</b>	<b>692.425.436,30</b>	<b>754.681.340,92</b>	<b>376.937.837,90</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.551.565,95	-69.005.543,23	312.028.172,55	32.368.966,45	18.967.602,79	11.268.111,06	141.554.968,63	-359.908.110,98	5.910.634.270,28	43.372.391,34	87.619.338,17	70.370.295,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	263.689,18	5.307.209,46	575.099,21	-28.440.515,94	-838.426,06	-15.073.845,22	-7.495.079,76	-2.973.820,06	178.663.662,06	151.293,50	192.347.215,39	437.039,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.878.148,43	167.260.743,59	350.247.045,51	193.199.331,26	153.782.397,63	204.813.488,07	170.179.740,25	478.331,56	939.982.226,69	648.901.751,46	474.714.787,36	306.130.503,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>77.933.698,81</b>	<b>56.028.451,67</b>	<b>84.001.613,16</b>	<b>33.414.579,39</b>	<b>19.148.228,70</b>	<b>36.361.059,64</b>	<b>54.788.549,87</b>	<b>-254.105.608,28</b>	<b>643.002.372,25</b>	<b>82.897.389,82</b>	<b>152.529.298,82</b>	<b>38.081.689,54</b>
INVESTIMENTOS	71.132.896,59	56.009.261,54	77.608.809,12	39.514.663,20	22.025.720,50	37.839.378,27	36.280.405,95	-100.670.144,86	21.989.710,28	80.531.934,24	126.563.844,67	36.262.275,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.567.193,92	0,00	0,00	1.455.932,26	860.410,11	2,05	1.878.513,93	-128.879.193,38	399.869.259,00	377.179,00	21.779.215,01	388.044,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.233.608,30	19.190,13	6.392.804,04	-7.556.016,07	-3.737.901,91	-1.478.320,68	16.629.629,99	-24.556.270,04	221.143.402,97	1.988.276,58	4.186.239,14	1.431.370,44
<b>DESPESAS EMPENHADA INTRA. (IV) = (V+VI)</b>	<b>5.691.740,67</b>	<b>37.379.271,86</b>	<b>16.790.457,52</b>	<b>27.475.722,96</b>	<b>70.017.500,82</b>	<b>73.401.203,13</b>	<b>76.198.200,52</b>	<b>72.992.510,46</b>	<b>1.891.406.340,66</b>	<b>8.994.980,71</b>	<b>10.313.712,03</b>	<b>9.023.619,91</b>
DESPESAS CORRENTES (V)	5.691.740,67	36.737.328,87	16.790.457,52	27.475.722,96	70.017.500,82	73.401.203,13	75.845.288,63	72.992.510,46	1.891.406.340,66	8.994.980,71	10.313.712,03	9.023.619,91
DESPESAS DE CAPITAL (VI)	0,00	641.942,99	0,00	0,00	0,00	0,00	352.911,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS EMPENHADAS (VII) = (I+IV)</b>	<b>281.318.843,04</b>	<b>196.970.133,35</b>	<b>763.642.387,95</b>	<b>258.018.084,12</b>	<b>261.077.303,88</b>	<b>310.770.016,68</b>	<b>435.226.379,51</b>	<b>-543.516.697,30</b>	<b>9.563.688.871,94</b>	<b>784.317.806,83</b>	<b>917.524.351,77</b>	<b>424.043.147,35</b>
<b>DESPESAS LIQUIDADAS EXCETO INTRA.</b>	<b>922.678.878,35</b>	<b>1.029.739.439,07</b>	<b>969.446.771,83</b>	<b>961.483.091,91</b>	<b>1.028.082.841,45</b>	<b>940.278.373,66</b>	<b>1.022.825.230,11</b>	<b>1.241.340.717,52</b>	<b>696.677.345,98</b>	<b>818.843.310,54</b>	<b>959.619.587,99</b>	<b>906.155.952,52</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (II)</b>	<b>825.654.453,56</b>	<b>942.310.872,65</b>	<b>872.381.218,69</b>	<b>853.482.116,81</b>	<b>944.468.021,87</b>	<b>856.304.526,08</b>	<b>913.468.794,41</b>	<b>1.099.576.689,48</b>	<b>639.217.685,24</b>	<b>751.892.365,63</b>	<b>874.110.776,36</b>	<b>839.796.463,39</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	555.775.638,67	560.198.008,70	566.357.097,24	565.918.464,61	558.231.632,87	562.393.267,58	565.176.313,26	598.091.837,55	535.396.502,00	519.671.671,02	524.261.214,28	543.489.643,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	13.847.931,86	55.380.831,07	15.171.307,55	13.574.979,76	54.833.311,51	7.535.157,33	7.169.407,85	50.893.431,28	9.067.495,20	7.763.093,11	48.896.467,39	9.114.554,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.030.883,03	326.732.032,88	290.852.813,90	273.988.672,44	331.403.077,49	286.376.101,17	341.123.073,30	450.591.420,65	94.753.688,04	224.457.601,50	300.953.094,69	287.192.265,28
<b>DESPESAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>97.024.424,79</b>	<b>87.428.566,42</b>	<b>97.065.553,14</b>	<b>108.000.975,10</b>	<b>83.614.819,58</b>	<b>83.973.847,58</b>	<b>109.356.435,70</b>	<b>141.764.028,04</b>	<b>57.459.660,74</b>	<b>66.950.944,91</b>	<b>85.508.811,63</b>	<b>66.359.489,13</b>
INVESTIMENTOS	33.127.163,00	40.429.798,47	37.701.497,39	53.778.150,76	28.460.451,63	37.926.729,91	59.457.503,36	100.347.772,03	27.991,12	11.402.044,89	24.654.682,23	31.087.630,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	39.212.376,50	27.363.083,12	30.045.752,43	32.448.299,70	30.817.246,09	31.278.627,58	31.020.225,92	27.707.862,46	34.438.785,57	39.715.312,52	42.790.553,29	19.950.080,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	24.684.885,29	19.635.684,83	29.318.303,32	21.774.524,64	24.337.121,86	14.768.490,09	18.878.706,42	13.708.393,55	22.992.884,05	15.833.587,50	18.063.576,11	15.321.777,82
<b>DESPESAS LIQUIDADAS INTRA. (IV) = (V+VI)</b>	<b>171.996.586,82</b>	<b>180.286.901,25</b>	<b>185.407.115,43</b>	<b>187.181.295,17</b>	<b>186.721.566,01</b>	<b>177.469.675,16</b>	<b>182.472.952,55</b>	<b>189.011.061,56</b>	<b>173.790.006,78</b>	<b>185.648.669,81</b>	<b>197.385.095,81</b>	<b>191.850.011,06</b>
DESPESAS CORRENTES (V)	171.996.586,82	179.644.958,26	185.407.115,43	187.181.295,17	186.721.566,01	177.469.675,16	182.120.040,66	189.011.061,56	173.790.006,78	185.648.669,81	197.385.095,81	191.850.011,06
DESPESAS DE CAPITAL (VI)	0,00	641.942,99	0,00	0,00	0,00	0,00	352.911,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS LIQUIDADAS (VII) = (I+IV)</b>	<b>1.094.675.465,17</b>	<b>1.210.026.340,32</b>	<b>1.154.853.887,26</b>	<b>1.148.664.387,08</b>	<b>1.214.804.407,46</b>	<b>1.117.748.048,82</b>	<b>1.205.298.182,66</b>	<b>1.430.351.779,08</b>	<b>870.467.352,76</b>	<b>1.004.491.980,35</b>	<b>1.157.004.683,80</b>	<b>1.098.005.963,58</b>
<b>DESPESAS PAGAS EXCETO INTRA.</b>	<b>941.334.327,15</b>	<b>1.034.603.505,72</b>	<b>975.089.154,53</b>	<b>956.300.819,54</b>	<b>1.029.109.361,57</b>	<b>914.765.927,34</b>	<b>982.318.626,10</b>	<b>1.162.277.985,04</b>	<b>656.522.664,98</b>	<b>768.349.012,54</b>	<b>958.875.049,03</b>	<b>873.889.985,22</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (II)</b>	<b>841.153.065,92</b>	<b>946.264.017,06</b>	<b>876.627.451,60</b>	<b>852.879.503,48</b>	<b>942.279.535,11</b>	<b>833.789.519,27</b>	<b>883.515.373,44</b>	<b>1.033.810.230,08</b>	<b>599.385.509,44</b>	<b>704.334.810,17</b>	<b>873.365.490,03</b>	<b>814.667.927,25</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	553.099.741,41	555.271.747,41	573.690.596,19	567.304.041,40	557.996.174,86	561.716.663,51	557.257.454,94	607.123.620,40	530.391.131,74	514.805.268,18	521.637.690,07	544.957.010,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	13.847.931,86	55.380.831,07	15.171.307,55	13.574.979,76	54.833.311,51	7.535.157,33	7.169.407,85	50.893.431,28	9.067.495,20	7.763.093,11	48.896.467,39	9.114.554,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	274.205.392,65	335.611.438,58	287.765.547,86	272.000.482,32	329.450.048,74	264.537.698,43	319.088.510,65	375.793.178,40	59.926.882,50	181.766.448,88	302.831.332,57	260.596.362,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>100.181.261,23</b>	<b>88.339.488,66</b>	<b>98.461.702,93</b>	<b>103.421.316,06</b>	<b>86.829.826,46</b>	<b>80.976.408,07</b>	<b>98.803.252,66</b>	<b>128.467.754,96</b>	<b>57.137.155,54</b>	<b>64.014.202,37</b>	<b>85.509.559,00</b>	<b>59.222.057,97</b>
INVESTIMENTOS	36.121.955,57	41.934.366,86	38.754.040,39	48.879.983,34	31.677.150,81	34.798.431,17	49.584.055,69	87.370.762,58	3.039,75	8.708.298,03	24.983.057,86	24.882.395,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	39.374.420,37	26.769.436,97	30.389.359,22	32.766.808,08	30.815.553,79	31.409.486,81	30.340.490,55	27.388.598,83	34.141.231,74	39.472.316,84	42.462.925,03	19.017.884,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	24.684.885,29	19.635.684,83	29.318.303,32	21.774.524,64	24.337.121,86	14.768.490,09	18.878.706,42	13.708.393,55	22.992.884,05	15.833.587,50	18.063.576,11	15.321.777,82
<b>DESPESAS PAGAS INTRA. (IV) = (V+VI)</b>	<b>171.357.207,55</b>	<b>180.173.531,43</b>	<b>186.427.864,70</b>	<b>185.274.337,16</b>	<b>187.323.192,20</b>	<b>178.696.504,35</b>	<b>182.325.713,53</b>	<b>222.201.431,76</b>	<b>150.900.977,50</b>	<b>185.020.998,04</b>	<b>187.725.610,59</b>	<b>191.606.402,46</b>
DESPESAS CORRENTES (V)	171.357.207,55	180.173.531,43	185.785.921,71	185.274.337,16	187.323.192,20	178.696.504,35	181.972.801,64	222.201.431,76	150.900.977,50	185.020.998,04	187.725.610,59	191.606.402,46
DESPESAS DE CAPITAL (VI)	0,00	0,00	641.942,99	0,00	0,00	0,00	352.911,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS PAGAS (VII) = (I+IV)</b>	<b>1.112.691.534,70</b>	<b>1.214.777.037,15</b>	<b>1.161.517.019,23</b>	<b>1.141.575.156,70</b>	<b>1.216.432.553,77</b>	<b>1.093.462.431,69</b>	<b>1.164.644.339,63</b>	<b>1.384.479.416,80</b>	<b>807.423.642,48</b>	<b>953.370.010,58</b>	<b>1.146.600.659,62</b>	<b>1.065.496.387,68</b>

Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.2 BOD Balancete por grupo de despesa.

Nota: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Naturezas 335039 + 339039.

Art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.



# Comparativo de Despesas Liquidadas

ITENS DE DESPESAS	NO MÊS		VARIÇÃO NOMINAL	ACUMULADO NO ANO		VARIÇÃO NOMINAL
	abr/16	abr/17		jan/16 a abr/16	jan/17 a abr/17	
<b>DESPESAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS (I) = (II+III)</b>	<b>990.974.112,65</b>	<b>906.155.952,52</b>	<b>-9,36%</b>	<b>3.493.913.743,10</b>	<b>3.381.296.197,03</b>	<b>-3,33%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (II)</b>	<b>870.220.653,79</b>	<b>839.796.463,39</b>	<b>-3,62%</b>	<b>3.139.041.301,34</b>	<b>3.105.017.290,62</b>	<b>-1,10%</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>545.584.984,23</b>	<b>543.489.643,40</b>	<b>-0,39%</b>	<b>2.175.385.225,09</b>	<b>2.122.819.030,70</b>	<b>-2,48%</b>
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	159.234.811,68	174.308.807,31	8,65%	627.467.562,16	679.011.994,90	7,59%
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	49.397.155,98	52.769.426,57	6,39%	156.419.947,70	158.932.496,40	1,58%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	203.909.015,72	199.167.849,09	-2,38%	839.064.553,09	806.533.804,87	-4,03%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	51.008.895,28	48.990.592,92	-4,12%	209.711.652,97	205.185.570,21	-2,21%
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>14.126.474,86</b>	<b>9.114.554,71</b>	<b>-54,99%</b>	<b>96.189.181,25</b>	<b>74.841.610,41</b>	<b>-28,52%</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>310.509.194,70</b>	<b>287.192.265,28</b>	<b>-8,12%</b>	<b>867.466.895,00</b>	<b>907.356.649,51</b>	<b>4,40%</b>
SUBVENÇÕES SOCIAIS	11.047.224,00	2.591.112,03	-326,35%	13.663.224,00	3.781.668,04	-261,30%
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.958.238,60	9.752.807,12	-12,36%	34.732.997,45	30.771.380,39	-12,87%
DIÁRIAS - CIVIL	786.003,66	683.897,49	-14,93%	2.546.696,81	2.424.737,05	-5,03%
MATERIAL DE CONSUMO	23.660.488,02	24.991.437,61	5,33%	59.057.567,37	65.473.722,56	9,80%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	154.436.629,75	135.572.929,92	-13,91%	395.628.891,14	416.953.087,72	5,11%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>120.753.458,86</b>	<b>66.359.489,13</b>	<b>-81,97%</b>	<b>354.872.441,76</b>	<b>276.278.906,41</b>	<b>-28,45%</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>37.177.587,04</b>	<b>31.087.630,58</b>	<b>-19,59%</b>	<b>80.509.357,63</b>	<b>67.172.348,82</b>	<b>-19,85%</b>
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.640.339,62	1.362.220,67	-167,24%	6.857.129,17	2.780.802,09	-146,59%
OBRAS E INSTALAÇÕES	24.104.871,51	15.329.274,43	-57,25%	42.678.465,91	33.849.657,04	-26,08%
<b>INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	<b>62.984.324,84</b>	<b>19.950.080,73</b>	<b>-215,71%</b>	<b>177.574.345,20</b>	<b>136.894.732,11</b>	<b>-29,72%</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	<b>20.591.546,98</b>	<b>15.321.777,82</b>	<b>-34,39%</b>	<b>96.788.739,36</b>	<b>72.211.825,48</b>	<b>-34,03%</b>
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)</b>	<b>179.623.015,33</b>	<b>191.850.011,06</b>	<b>6,37%</b>	<b>707.012.188,92</b>	<b>748.673.783,46</b>	<b>5,56%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (V)</b>	<b>179.623.015,33</b>	<b>191.850.011,06</b>	<b>6,37%</b>	<b>707.012.188,92</b>	<b>748.673.783,46</b>	<b>5,56%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	177.887.535,10	190.812.829,74	6,77%	702.952.126,73	745.522.805,26	5,71%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.735.480,23		100,00%	4.060.061,23	3.150.978,20	-28,85%
DESPESAS DE CAPITAL (VI)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL DESPESAS (VII) = (I + IV)</b>	<b>1.170.597.127,98</b>	<b>1.098.005.963,58</b>	<b>-6,61%</b>	<b>4.200.925.932,02</b>	<b>4.129.969.980,49</b>	<b>-1,72%</b>

Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.2 BOD.

Nota: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Naturezas 335039 + 339039.

Art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

# DESPESA COM PESSOAL - LIMITES LEGAIS

DESPESA COM PESSOAL	LIMITES (%) LRF		
	ALERTA 90% do Limite Legal	PRUDENCIAL 95% do Limite Legal	LEGAL
PODER EXECUTIVO	44,10%	46,55%	49,00%
PODER JUDICIÁRIO	5,40%	5,70%	6,00%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1,53%	1,62%	1,70%
TRIBUNAL DE CONTAS	1,17%	1,24%	1,30%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1,80%	1,90%	2,00%
ENTE	54,00%	57,00%	60,00%

Nota1: Os cálculos a seguir adotam a metodologia conforme Decisão TC 06/2001, Resolução TC 189/2003 e precedentes firmados neste TCEES, aguardando "regra de transição".

Nota2: Nas tabelas a seguir, que tratam da despesa com pessoal, os valores da RCL e da despesa com pessoal representam o somatório dos valores no mês em referência com os dos onze anteriores, conforme LRF, artigo 2º, § 3º, e artigo 18, § 2º.

# DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL PODER EXECUTIVO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mai/16	5.358.051.858,64	45,23%	11.847.524.330,56
jun/16	5.369.067.490,78	45,24%	11.868.891.003,00
jul/16	5.349.888.578,05	45,30%	11.811.191.672,91
ago/16	5.350.301.077,17	45,46%	11.769.605.175,66
set/16	5.360.640.092,92	45,88%	11.682.781.075,49
out/16	5.359.846.557,96	46,11%	11.622.802.159,32
nov/16	5.355.578.577,48	45,85%	11.680.532.303,18
dez/16	5.346.027.602,18	44,98%	11.884.435.326,99
jan/17	5.342.827.563,91	44,80%	11.925.209.043,92
fev/17	5.352.715.249,66	44,49%	12.031.336.996,50
mar/17	5.348.503.967,21	44,40%	12.046.995.732,76
abr/17	5.358.952.529,14	44,52%	12.038.259.674,84

DESPESA COM PESSOAL PODER JUDICIÁRIO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mai/16	736.022.250,00	6,21%	11.847.524.330,56
jun/16	734.190.009,76	6,19%	11.868.891.003,00
jul/16	731.729.031,59	6,20%	11.811.191.672,91
ago/16	729.595.979,77	6,20%	11.769.605.175,66
set/16	725.897.008,70	6,21%	11.682.781.075,49
out/16	724.025.913,85	6,23%	11.622.802.159,32
nov/16	722.051.892,02	6,18%	11.680.532.303,18
dez/16	721.506.386,50	6,07%	11.884.435.326,99
jan/17	721.766.641,56	6,05%	11.925.209.043,92
fev/17	719.128.058,73	5,98%	12.031.336.996,50
mar/17	715.941.212,40	5,94%	12.046.995.732,76
abr/17	712.957.530,19	5,92%	12.038.259.674,84

# DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mai/16	148.889.552,20	1,26%	11.847.524.330,56
jun/16	149.583.415,17	1,26%	11.868.891.003,00
jul/16	150.684.401,95	1,28%	11.811.191.672,91
ago/16	151.296.218,41	1,29%	11.769.605.175,66
set/16	151.717.848,83	1,30%	11.682.781.075,49
out/16	152.266.407,20	1,31%	11.622.802.159,32
nov/16	152.241.365,83	1,30%	11.680.532.303,18
dez/16	149.830.979,76	1,26%	11.884.435.326,99
jan/17	150.189.713,32	1,26%	11.925.209.043,92
fev/17	150.263.757,62	1,25%	12.031.336.996,50
mar/17	150.513.776,34	1,25%	12.046.995.732,76
abr/17	150.277.766,51	1,25%	12.038.259.674,84

DESPESA COM PESSOAL TRIBUNAL DE CONTAS	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mai/16	99.926.574,76	0,843%	11.847.524.330,56
jun/16	100.345.873,95	0,845%	11.868.891.003,00
jul/16	100.242.286,21	0,849%	11.811.191.672,91
ago/16	100.228.438,73	0,852%	11.769.605.175,66
set/16	99.918.092,52	0,855%	11.682.781.075,49
out/16	100.094.116,70	0,861%	11.622.802.159,32
nov/16	99.992.414,42	0,856%	11.680.532.303,18
dez/16	100.416.015,12	0,845%	11.884.435.326,99
jan/17	100.419.675,54	0,842%	11.925.209.043,92
fev/17	100.808.485,96	0,838%	12.031.336.996,50
mar/17	100.737.148,62	0,836%	12.046.995.732,76
abr/17	100.720.072,03	0,837%	12.038.259.674,84

# DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL MINISTÉRIO PÚBLICO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mai/16	214.156.348,76	1,81%	11.847.524.330,56
jun/16	214.768.321,52	1,81%	11.868.891.003,00
jul/16	214.815.825,09	1,82%	11.811.191.672,91
ago/16	214.946.812,95	1,83%	11.769.605.175,66
set/16	214.220.178,91	1,83%	11.682.781.075,49
out/16	214.561.528,90	1,85%	11.622.802.159,32
nov/16	219.363.735,06	1,88%	11.680.532.303,18
dez/16	218.419.419,53	1,84%	11.884.435.326,99
jan/17	218.175.329,04	1,83%	11.925.209.043,92
fev/17	217.531.286,54	1,81%	12.031.336.996,50
mar/17	218.335.051,87	1,81%	12.046.995.732,76
abr/17	218.198.625,38	1,81%	12.038.259.674,84

DESPESA COM PESSOAL DEFENSORIA PÚBLICA	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF*
mai/16	43.582.658,11
jun/16	43.922.752,28
jul/16	43.748.383,93
ago/16	41.179.169,86
set/16	40.977.476,80
out/16	40.455.399,53
nov/16	40.319.584,36
dez/16	40.172.895,18
jan/17	39.939.919,61
fev/17	40.235.902,48
mar/17	40.479.294,50
abr/17	39.877.421,20

\*Esses valores constam do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo.

# DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL ENTE	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mai/16	6.557.046.584,36	55,35%	11.847.524.330,56
jun/16	6.567.955.111,18	55,34%	11.868.891.003,00
jul/16	6.547.360.122,89	55,43%	11.811.191.672,91
ago/16	6.546.368.527,03	55,62%	11.769.605.175,66
set/16	6.552.393.221,88	56,09%	11.682.781.075,49
out/16	6.550.794.524,61	56,36%	11.622.802.159,32
nov/16	6.549.227.984,81	56,07%	11.680.532.303,18
dez/16	6.536.200.403,09	55,00%	11.884.435.326,99
jan/17	6.533.378.923,37	54,79%	11.925.209.043,92
fev/17	6.540.446.838,51	54,36%	12.031.336.996,50
mar/17	6.534.031.156,44	54,24%	12.046.995.732,76
abr/17	6.541.106.523,25	54,34%	12.038.259.674,84

Fonte: Sigefes - Relatórios - SecexGoverno 03 RCL, 04.1 , 04.3 e 04.5 Despesa com Pessoal.

## Duodécimos dos Poderes em abril de 2017

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO			DUODÉCIMO								Superávit Financeiro 2016 <sup>2</sup>
	Dotação Inicial <sup>1</sup>	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	FIXADO (A)		REPASSADO (B)		DIFERENÇA (C = B - A)		VARIÇÃO % (C / A)		
				No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	
Assembleia Legislativa do ES	191.905.595	0	191.905.595	15.992.133	63.968.532	15.988.346	63.968.532	-3.787	0	-0,02%	0,00%	39.348.061
Tribunal de Contas do ES	148.909.021	0	148.909.021	12.409.085	49.636.340	12.409.085	49.636.340	0	0	0,00%	0,00%	53.354.145
Tribunal de Justiça do ES	948.244.359	0	948.244.359	79.020.363	316.081.453	79.020.363	316.100.213	0	18.760	0,00%	0,01%	111.770.004
Ministério Público do ES	353.480.247	0	353.480.247	29.456.687	117.826.749	29.456.687	117.826.749	0	0	0,00%	0,00%	20.828.588
Defensoria Pública do ES	47.532.402	0	47.532.402	3.961.034	15.844.134	3.960.295	15.840.895	-739	-3.239	-0,02%	-0,02%	7.854.212

Fonte: SecexGoverno - Sigefes 2016/2017.

<sup>1</sup> Coforme LOA/2017 (Lei nº 10.614, de 28 de dezembro de 2016, publicada em 29/12/2016).

<sup>2</sup> Consulta Balancete Sigefes 2016 - Conta contábil 821110000.

Nota: os duodécimos representam a quantia de recursos públicos repassada pelo tesouro estadual ao órgão na proporção mensal de 1/12 avos do orçamento previsto.



**Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental**

**Visualize todas as edições no endereço [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)  
Para tablets e celulares utilizar o endereço [https://issuu.com/tce\\_es](https://issuu.com/tce_es)**

**Nota: Os dados estão em fase de validação por esta Secretaria, sujeitos, portanto, à alteração.**



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.  
Saiba mais sobre a licença em <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>